

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025





QUEM SOMOS

O ISA nasceu a partir de um encontro de trajetórias e campos de atuação: o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), o Programa Povos Indígenas no Brasil ligado ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e ativistas do campo ambientalista, reunidos sob a perspectiva do socioambientalismo. Foi assim que surgiu o lema “socioambiental se escreve junto”: uma visão que integra direitos, territórios e culturas como dimensões interdependentes e transversais.

Ano de fundação: 1994

Natureza Social: Organização da Sociedade Civil (OSC)

Natureza Jurídica: Associação Privada Sem Fins Lucrativos

Missão Institucional: Defender a pluralidade socioambiental brasileira, seja nos corredores de Brasília ou no chão da floresta.

Visão: A perspectiva socioambiental orientando a sociedade.

Conselho Diretor

Márcio Santilli (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, André Villas-Bôas, Leão Serva e Raul Silva Telles do Valle

Conselho Fiscal

José Carlos Almeida Libânio, Marcelo Hercowitz, Mario Monzoni e Pablo Molloy

Secretaria executiva

Adriana Ramos e Rodrigo Gravina Prates Junqueira

Assessoras: Clara de Assis Andrade e Maria Beatriz Nogueira Ribeiro

Conselho de Gestão Estratégica (CGE)

Adriana Ramos, Alex Piaz, Ana Valéria Araújo, André Villas-Bôas, Carla Dias, Fábio Endo, Frederico Viegas, Leão Serva, Márcio Santilli, Marina Kahn, Marcos Wesley, Milene Maia Oberlaender, Moreno Saraiva Martins, Raul Silva Telles do Valle, Roberto Rezende, Roberto Santos Almeida e Rodrigo Gravina Prates Junqueira

Relatório de Atividades ISA 2025

Produção Jennifer Andrade e João Maldos

Redação Victória Martins

Revisão M. Inês Zanchetta

Projeto gráfico e diagramação Ana C. Silveira/Anacê Design

Ilustrações Kath Xapi Puri

Pesquisa de fotos Adriana Miranda, Brenda Okubo e Fernanda Medeiros

Locução Alexandre Apolinário Gomes dos Santos

Contato Institucional parcerias@socioambiental.org

Siga-nos nas redes sociais:

 [/socioambiental](https://twitter.com/socioambiental)

 [/institutosocioambiental](https://facebook.com/institutosocioambiental)

 [/socioambiental](https://youtube.com/socioambiental)

 [@socioambiental](https://instagram.com/socioambiental)

 [/socioambiental](https://instagram.com/socioambiental)

 [@socioambiental](https://facebook.com/socioambiental)

 [/institutosocioambiental](https://youtube.com/institutosocioambiental)

 [Canal do Whatsapp](https://whatsapp.com/canal-do-whatsapp)

NOSSOS ENDEREÇOS

São Paulo (sede)

Edifício Metropolitano –
Praça Dom José Gaspar, 134,
12º andar, 01047-912,
Centro Histórico de
São Paulo (SP)
tel: (11) 3515-8900
isa@socioambiental.org

Altamira

Av. João Pessoa, 3466,
Jardim Independente II,
68372-235, Altamira (PA)
tel: (93) 3515-5749
isaterradomeio@socioambiental.org

Boa Vista

R. Presidente Costa e Silva,
116, São Pedro, 69390-670,
Boa Vista (RR)
tel: (95) 3224-7068
isabv@socioambiental.org

Brasília

SHIN, CA 05, Conjunto J-1, Salas
203 a 216, Pavimento 1, Lago Norte,
71503-505, Brasília (DF)
tel: (61) 3035-5114
isadf@socioambiental.org

Canarana

Rua Tuparendi, 521,
Centro, 78640-000,
Canarana (MT)
tel: (66) 3478-3491
isaxingu@socioambiental.org

Eldorado

Rua Nove de Julho, 71,
Centro, 11960-000,
Eldorado (SP)
tel: (13) 3871-1697
isaribeira@socioambiental.org

Manaus

R. Costa Azevedo, 272,
1º andar, Largo do Teatro,
Centro, 69010-230,
Manaus (AM)
tel: (92) 3631-1244
isamaneaus@socioambiental.org

São Gabriel da Cachoeira

R. Projetada, 70,
Centro, 69750-000,
São Gabriel da Cachoeira (AM)
tel: (97) 3471-1156
isasgc@socioambiental.org

Objetivo editorial

Este relatório é produzido para registrar, de forma objetiva, transparente e verificável, as principais frentes de atuação do ISA ao longo de 2025. Foi concebido para circular entre instâncias de governança, equipes internas, financiadores, parceiros, pesquisadores, redes da sociedade civil, imprensa e governos. A metodologia desta edição combina uma referência leve e adaptada à Global Reporting Initiative (GRI) com uma narrativa baseada nas Notícias Socioambientais publicadas no site do ISA ao longo do ano e em informações sistematizadas por nossos colaboradores, costuradas para que o leitor acompanhe com fluidez.



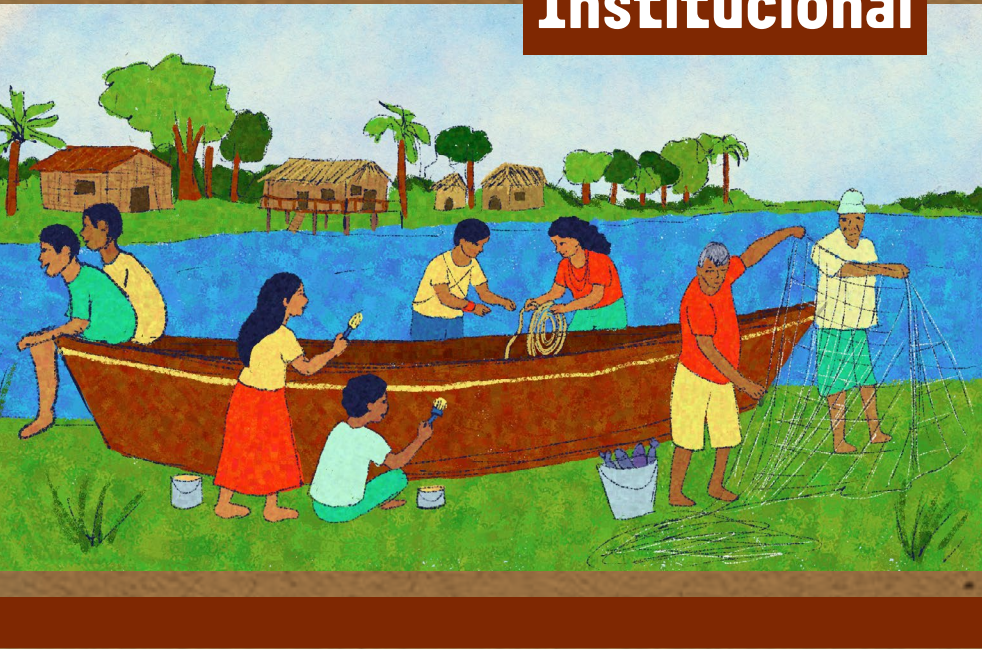
Glossário de siglas

- AIMAs** - Agentes Indígenas de Manejo Ambiental
- ANA** - Aliança Norte-Amazônica
- ANMIGA** - Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade
- APIB** - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- ATIX** - Associação Terra Indígena Xingu
- ATL** - Acampamento Terra Livre
- CATRAPOVOS** - Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos
- CNS** - Conselho Nacional das Populações Extrativistas
- CONAQ** - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- COP30** - 30ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima
- ExpoTIX** - Feira e Exposição dos Produtos do Território Indígena do Xingu
- FNEEI** - Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena
- FOIRN** - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
- HAY** - Hutukara Associação Yanomami
- INPA** - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- ISA** - Instituto Socioambiental
- MPF** - Ministério Público Federal
- OIT** - Organização Internacional do Trabalho
- ÓSOCIOBIO** - Observatório das Economias da Sociobiodiversidade
- PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos
- PETAR** - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira
- PGTA** - Plano de Gestão Territorial e Ambiental
- PL** - Projeto de Lei
- PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNL2050** - Plano Nacional de Logística
- PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PSA** - Pagamento por Serviços Ambientais
- RAISG** - Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada
- REDD+** - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
- SATs** - Sistemas Agrícolas Tradicionais
- SEMEX** - Semana do Extrativismo
- STF** - Supremo Tribunal Federal
- UFPA** - Universidade Federal do Pará
- USP** - Universidade de São Paulo

Sumário

5

Institucional



14

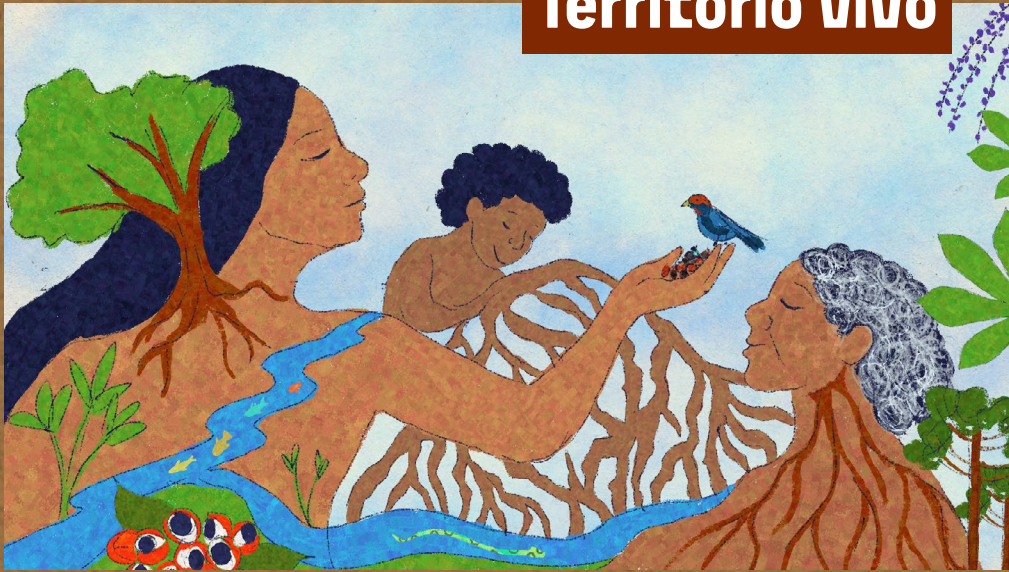
ISA na COP30



DESTAQUE DE 2025

17

Território vivo



DESTAQUE DE 2025

DESTAQUE DE 2025

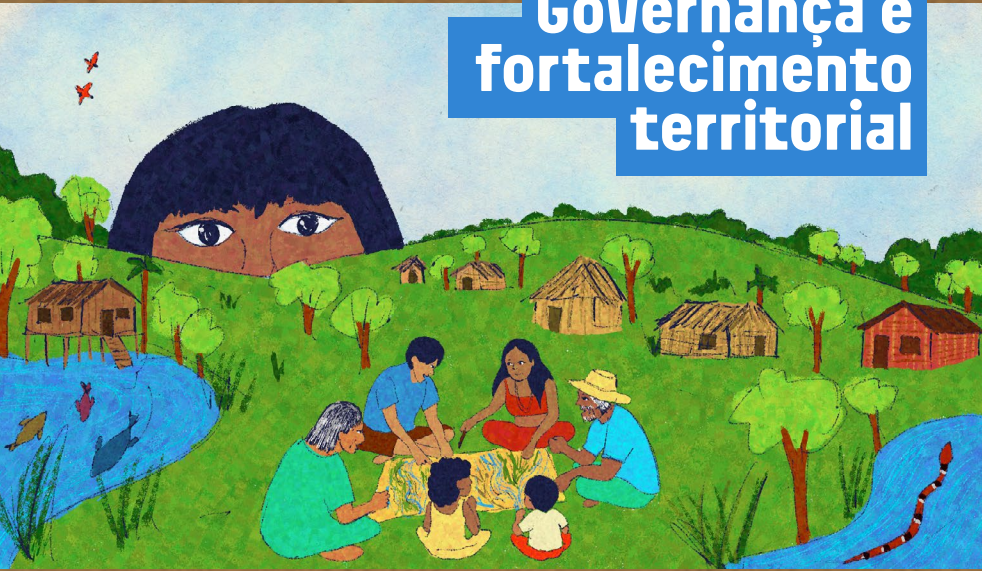


Educação territorializada

20

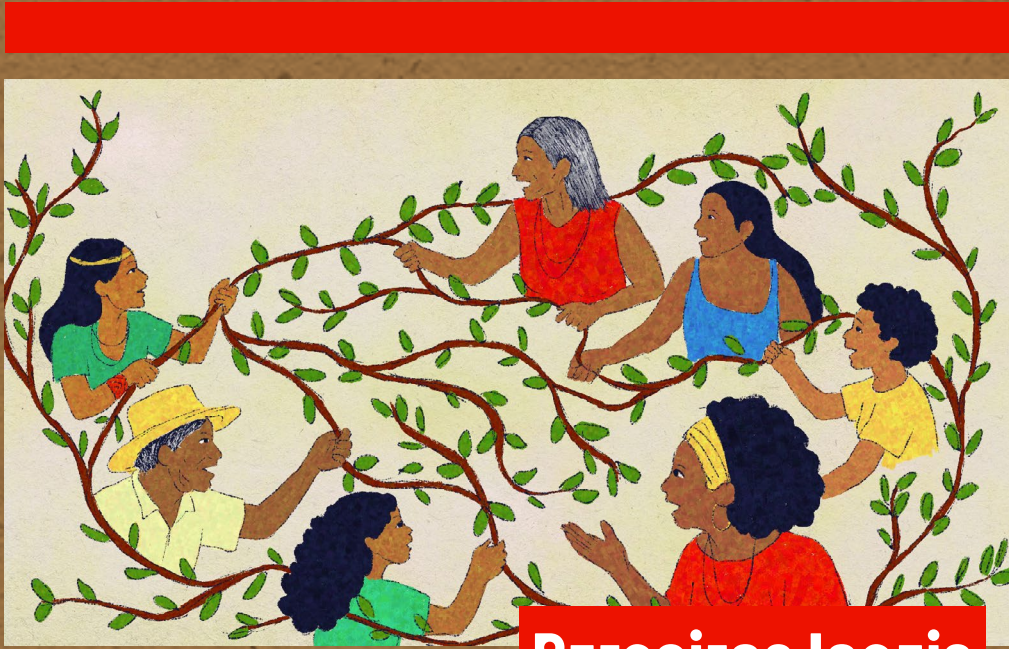
23

Governança e fortalecimento territorial



10

Parceiros locais



30

Adaptação e justiça climática



26

Direitos e incidência política



33

Soluções socioambientais



Comunicação e engajamento

37



INSTITUCIONAL





Mensagem do ISA

Abrimos este relatório em um tempo em que, apesar de um aparente otimismo, se acumulam sinais de exaustão sistêmica: secas, enchentes, apagões, temperaturas extremas, guerras e um sentimento difuso de colapso. Mas seria um erro tratar tudo isso como uma soma de crises separadas. O que está em jogo é mais profundo: é a forma como olhamos para a vida.

Quando a verdade perde lugar, quando o medo organiza a política e quando tudo passa a ser medido apenas por utilidade, o resultado é sempre o mesmo: pessoas, rios, florestas, culturas e territórios passam a ser tratados como coisas negociáveis. E essa violência não se distribui de forma igual. Ela recai com mais força sobre os mesmos corpos e lugares de sempre: povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, periferias urbanas, populações negras e empobrecidas. A crise climática tem cor, território e história. Por isso, falar em justiça climática é também falar em enfrentar o racismo climático em suas múltiplas formas - das políticas públicas ao nosso dia a dia.

É justamente contra essa lógica que o socioambientalismo se afirma. Para o ISA, ele nunca foi um adjetivo. É uma escolha de mundo. Uma terceira via entre duas violências: de um lado, a noção de que a floresta é um estoque de madeira e a terra uma mercadoria; de outro, a ideia de

que a natureza deve ser cercada, vazia de gente, separada da vida humana. A perspectiva socioambiental, ensinada há muito tempo pelos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, parte de outra concepção: não existe futuro sem relação.

Há floresta porque há cuidado, há território porque há vínculo, há vida porque há reciprocidade. Defender esses povos não é proteger o passado. É escutar, aprender, ser transformado. É escolher outro caminho: defender, no presente, as condições concretas de continuidade da vida.

Também sabemos que essa luta não avança em linha reta. Muitas vezes, direitos viram moeda de troca, e o meio ambiente é tratado como variável de ajuste de um desenvolvimentismo que reduz tudo a desempenho econômico. Nesse processo, os direitos dos povos são frequentemente apresentados como obstáculos a serem administrados.

Enquanto as fronteiras entre “progresso predatório” e “desenvolvimento sustentável” parecem se embaralhar sob um mesmo horizonte, prospera uma ordem que já não promete qualidade de vida, apenas adaptação e sobrevivência: produzir, vender e seguir em frente sem perguntar por quê. É assim que a destruição se normaliza, que a violência se disfarça de vitória.

E é assim, também, que muitas vezes nos vemos reagindo tarde a forças que crescem não apenas no ódio

aberto ou no autoritarismo explícito, mas também nas linguagens respeitáveis da modernização e do mercado. É precisamente nesses momentos que mais precisamos recusar a barganha e nos permitir sonhar outros mundos.

Seguimos, portanto, não por ingenuidade, mas por convicção. Seguimos porque a história mostra que nenhuma estrutura de destruição é tão sólida quanto parece. Seguimos porque há, em cada território e em cada parceria, uma força paciente de recomposição do mundo. E seguimos porque, diante da crise climática, já não há neutralidade possível: ou se insiste na separação que nos trouxe até aqui, ou se escolhe o caminho do vínculo indissociável entre social e ambiental, do cuidado e da justiça.

Um mundo mais justo e cuidadoso não será entregue pronto. Ele terá de ser construído coletivamente, na defesa obstinada dos territórios, dos direitos, da dignidade e da vida. É essa luta comum - concreta, cotidiana e compartilhada - que pode abrir futuro onde hoje tentam impor medo, escassez e resignação. Como nos ensinou Nego Bispo (Antonio Bispo dos Santos, ativista e militante do movimento quilombola), a vida é começo, meio e começo. É desse lado que o ISA está.

Socioambiental se escreve junto.

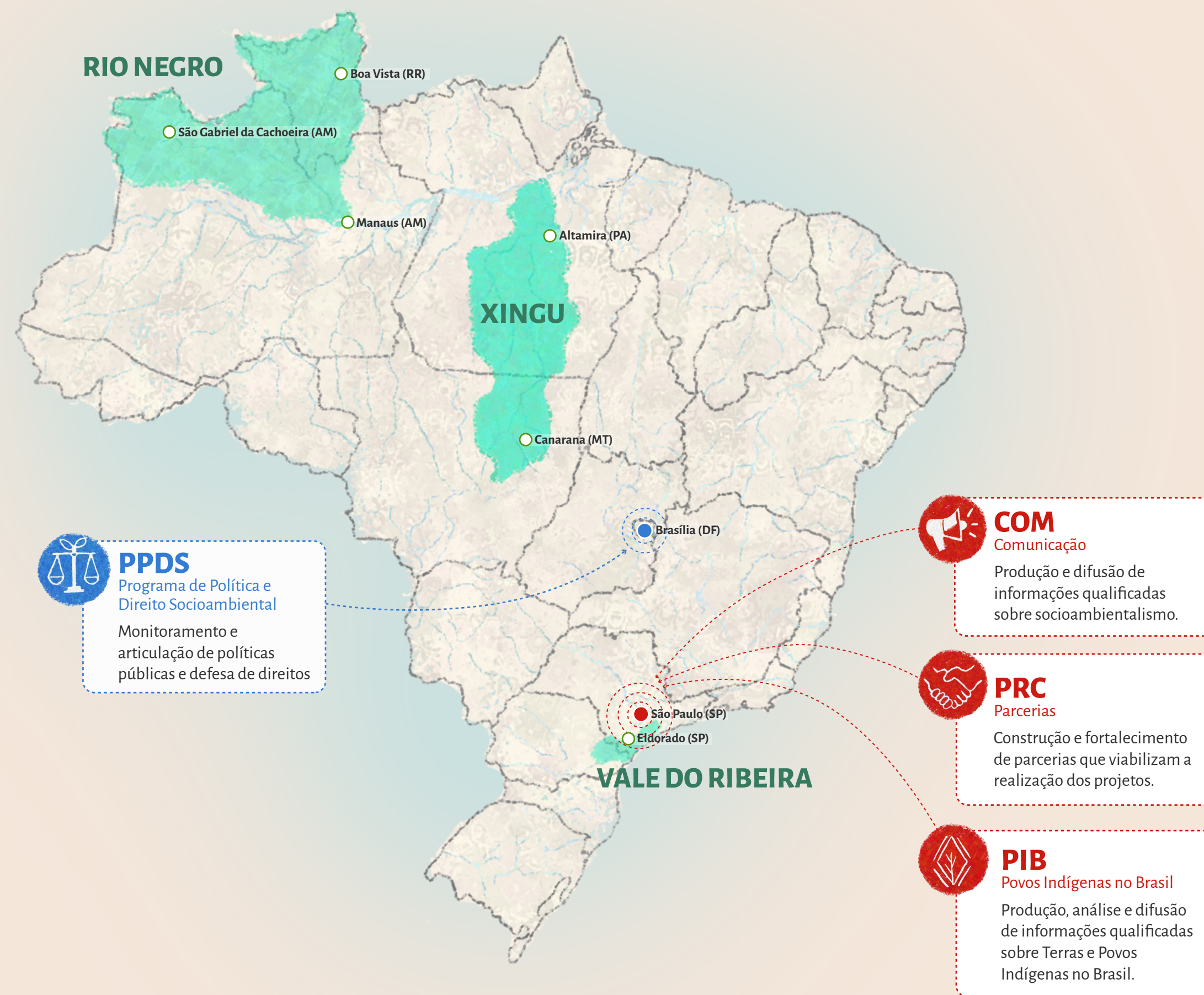
Adriana Ramos e Rodrigo Junqueira
Secretários Executivos

Forma de atuação

Com programas e escritórios dentro dos territórios, o ISA atua em três biomas (Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica) e três bacias hidrográficas: Rio Negro (AM/RR), Xingu (MT/PA) e Ribeira de Iguape (SP). Trabalhamos lado a lado com comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais para desenvolver soluções que protejam e restaurem seus territórios, fortaleçam suas culturas, conhecimentos tradicionais e capacidade de incidência política, desenvolvam economias sustentáveis e lideradas pelas comunidades e valorizem suas contribuições para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Essa atuação territorial se conecta a uma forte capacidade de produção de conhecimento, por meio de estudos, pesquisas, projetos e programas, incluindo produção e difusão de informações qualificadas, sistemas e plataformas de monitoramento e documentação socioambiental. Desse modo, articulamos comunicação e incidência política e jurídica para contribuir com marcos legais e políticas públicas e alterar positivamente as condições estruturais que impactam vidas, direitos e territórios.

PROGRAMAS, TERRITÓRIOS E INICIATIVAS



COMO LER O MAPA



Programas territoriais



Sede



Subsede



Escritórios



Programas Nacionais com incidência a partir de São Paulo



Programas Nacionais com incidência a partir de Brasília

INICIATIVAS TRANSVERSAIS

Presentes em todos os Programas, Áreas e Territórios



1. Economias da Sociobiodiversidade

Realizam-se através de parcerias com os povos tradicionais, indígenas, quilombolas, apoiando a produção e comercialização de produtos da floresta e turismo de base comunitária de forma a gerar renda às comunidades, proteger o território, estimular o protagonismo, manejar e preservar a floresta.



2. Restauração Ecológica

É promovida por meio de soluções baseadas na natureza, formação de Redes de Sementes e na disseminação da técnica de semeadura direta (muva) desde 2007. Em âmbito nacional, isso acontece desde 2018 com a Iniciativa Caminhos da Semente e, desde 2022, com o Redário de Redes de Sementes, que contribui para a proteção das bacias hidrográficas, das florestas e da biodiversidade.



3. Iniciativa Clima

Desenvolve ações de articulação, comunicação e formação, pautadas na justiça climática e no combate ao racismo ambiental, buscando amplificar as vozes de comunidades tradicionais e povos indígenas através de suas experiências e perspectivas sobre as mudanças climáticas e a justiça socioambiental.

Governança, ética, conformidade e compromissos institucionais

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A governança do ISA é autoexplicativa: Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação e decisão; o Conselho Diretor acompanha o plano estratégico e supervisiona a Secretaria Executiva; o Conselho Fiscal fiscaliza as contas; e a Secretaria Executiva conduz o planejamento, a administração cotidiana e a articulação institucional. Essa arquitetura é reforçada pelos Comitês de Gestão Estratégica, que aproximam as instâncias e facilitam a manutenção de um diálogo interno estruturado.

Em 2025, essa estrutura apareceu não como formalidade, mas como espinha dorsal de uma organização que precisa operar simultaneamente no chão dos territórios, nas redes de parceiros e nos espaços de incidência pública.

Na prática, trata-se de uma governança que combina controle, estratégia e presença. A composição estatutária evita a concentração de poder executivo, distribui responsabilidades entre instâncias distintas e estabelece rotinas de acompanhamento, deliberação e prestação de contas.

A existência de uma Secretaria Executiva compartilhada, hoje exercida por Adriana Ramos e Rodrigo Junqueira,

também ajuda a sustentar a complexidade de um ISA que atua em diferentes territórios, temas e agendas – sem perder unidade institucional.

POLÍTICAS E MECANISMOS DE CONFORMIDADE

No ISA, a conformidade com as melhores práticas de gestão não é uma camada burocrática adicionada ao trabalho: é um caminho para proteger a missão, as pessoas e a integridade das relações que sustentam a organização. O compromisso é fazer viver os princípios e valores institucionais na forma de processos internos e responsabilidades compartilhadas por colaboradores, parceiros e fornecedores. Essa cultura de integridade se apoia também em mecanismos concretos de prevenção e controle. O Código de Ética prevê que todos ajam com respeito e profissionalismo, mesmo assim o ISA mantém disponíveis canais e processos internos de responsabilização transparentes e seguros, que não dependem apenas da boa vontade individual. O Canal de Comunicação e Denúncia, operado com possibilidade de anonimato via plataforma SafeSpace, oferece um caminho protegido para relatos, dúvidas e críticas; e o Comitê de Conformidade apura denúncias, investiga fatos, e propõe soluções ou sanções.

COMPROMISSOS COM A EQUIDADE

A equidade é parte do próprio sentido político da instituição. Para além do engajamento com um ambiente

equitativo, seguro e livre de discriminação, assédio, abuso e exploração, o ISA busca a valorização contínua das instâncias internas que aprofundam o combate a tais práticas, como o GT Gênero, o Coletivo Antirracista e o Desenvolvimento Humano e Organizacional.

Com essa movimentação, o que antes era um debate sobre justiça interna foi traduzido em decisões materiais, como a preferência pela contratação de pessoas negras, indígenas e de povos tradicionais, mulheres, pessoas LGBTQIAP+ e PCDs. E a permanência na organização é sustentada pelo oferecimento de condições materiais e benefícios que reforçam o cuidado com a saúde física e mental, o acesso a uma alimentação de qualidade, a parentalidade compartilhada, enfim - aspectos do que aprendemos ser o bem viver. Assim, o que se vê é um esforço tanto na criação de instrumentos de cuidado e denúncia quanto na mudança das portas de entrada, da cultura de trabalho e da circulação de poder. Essa combinação entre posição política e funcionamento real interno é um dos sinais mais sólidos de que o ISA tem tratado equidade como compromisso institucional.

NÚMEROS E PERFIL DOS COLABORADORES ISA

Em 2025, o ISA tinha 203 colaboradores, 18 contratados durante o ano. Do total, 115 são mulheres e 88 homens. Destes, 102 são brancos, 37 pretos, 42 pardos, 8 amarelos e 14 indígenas.

DIREÇÕES PARA O FUTURO

Se há uma lição reafirmada em 2025, é que nenhum resultado socioambiental duradouro nasce isoladamente. A conjuntura mostrou que proteger territórios exige, ao mesmo tempo, presença comunitária, monitoramento, produção de evidências, articulação política, comunicação pública e capacidade institucional para sustentar conflitos longos. A mobilização em torno da COP30 tornou ainda mais visível a centralidade de povos indígenas e comunidades tradicionais na agenda climática, enquanto os debates sobre o Marco Temporal



Lição reafirmada: nenhum resultado socioambiental duradouro nasce isoladamente.

Foto: ©Tui Anandi/ISA

e o Licenciamento Ambiental lembraram, mais uma vez, que direitos territoriais continuam sob pressão e que vitórias jurídicas nunca dispensam vigilância política.

Para o ISA, significa aprofundar uma forma de atuação que cruza escalas: da escuta local à incidência nacional, da formulação técnica à narrativa pública, da defesa de direitos ao fortalecimento das condições internas para fazê-la bem.

O futuro, portanto, não pede apenas expansão; pede aprimoramento. Pede indicadores que consigam traduzir impacto sem empobrecer a complexidade dos territórios. Uma comunicação capaz de aproximar a sociedade sem simplificar em excesso o que está em jogo. E, sobretudo, alianças capazes de fazer do conhecimento ancestral uma resposta atual a um país que ainda insiste em dividir o que, para os povos da floresta, sempre esteve junto.

PEGADA DE CARBONO

Sempre contribuímos positivamente para o clima: hoje já são mais de 18 mil hectares em processo de restauração, um esforço iniciado há muitos anos. Assim, medir nossas emissões institucionais não é um ponto de partida, e sim um passo de maior precisão e responsabilidade pelas nossas operações.

Emissões em toneladas métricas de CO ₂ equivalente (tCO ₂ e)	2024	2025
Escopo 1 (Combustíveis)	521	445
Escopo 2 (Eletricidade)	9	8
Escopo 3 (Passagens Aéreas e Frete Aéreo)	488	395
TOTAL	1.018	848

Em 2025, o ISA consolidou o segundo ano do inventário de emissões com base nas diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol. Neste último ciclo, os maiores volumes estiveram associados à nossa atuação nos territórios da Amazônia – nas bacias dos rios Negro (332 tCO₂e) e Xingu (319 tCO₂e). Ou seja, mais do que um exercício contábil, o inventário reforça um desafio central para os próximos anos: seguir rastreando, reduzindo e mitigando impactos sem perder a capacidade de presença territorial, incidência e articulação que define a nossa atuação.

As emissões operacionais de 2025 corresponderam, em termos de compensação, a 3.5 hectares de floresta nativa a serem restaurados, com permanência de 20 anos – nosso compromisso institucional de compensação. Afinal, reconhecer a própria pegada é também reafirmar que justiça climática se constrói tanto nas grandes agendas públicas quanto nas escolhas concretas de cada instituição.

PARCEIROS LOCAIS





ISA EM REDE: PROTAGONISMO COMUNITÁRIO

O ISA não constrói nada sozinho. Está no nosso nome: socioambiental se escreve (e se pratica) junto. **Ou melhor: em rede.** Desde sempre, nós atuamos lado a lado com os povos e comunidades tradicionais, apoiando suas iniciativas de governança territorial e gestão comunitária, fortalecendo suas capacidades técnicas e de incidência política. É um trabalho que exige confiança, cuidado e, mais que tudo, respeito aos tempos, modos de organização e prioridades estabelecidos por cada associação local e comunidade parceira.

O protagonismo dos nossos parceiros é inegociável. Por isso, optamos por iniciar as seções editoriais deste relatório destacando atividades e processos liderados pelas associações e organizações indígenas, quilombolas e ribeirinhas com as quais trabalhamos.

CELEBRAÇÕES E FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO

Em 2025, nossa parceira, a **Associação Terra Indígena Xingu (ATIX)**, criada diante da urgência de defesa cultural e territorial em um período de intensas mudanças na relação do Estado com os povos indígenas, completou **30 anos** de história. A celebração aconteceu em setembro, na Terra Indígena Wawi (MT), e foi complementada pela **2ª Feira e Exposição dos Produtos do Território Indígena do Xingu (ExpoTIX)**. Cerca de 700 pessoas participaram, promovendo o intercâmbio

de bens e alimentos entre povos e a valorização de suas roças, artesanatos e economias da sociobiodiversidade.

Com uma celebração para lideranças e parceiros na Casa do Saber, em São Gabriel da Cachoeira (AM), a **Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)** lembrou seus 38 anos de articulação política para defesa territorial, preservação ambiental e valorização dos conhecimentos ancestrais rionegrinos.



Foto: ©Ana Amélia Hamdan/ISA

Cerâmicas tradicionais foram destaque na 2ª ExpoTIX, que marcou a celebração dos 30 anos da ATIX.

Foto: ©Webert da Cruz/ISA



Célia Cristina da Silva Pinto, do Quilombo Aere, em Cururupu (MA), uma das retratadas na exposição *Ancestralizando o Futuro - Retratos de Resistência Quilombola*.

Em Brasília, a exposição ***Ancestralizando o Futuro – Retratos da Resistência Quilombola*** celebrou os **29 anos da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)**. Composta por retratos fotográficos de lideranças quilombolas de todo o Brasil, feitos durante o Aquilombar 2024 pelo Coletivo Retratação, a exposição exaltou a beleza e a dignidade da luta quilombola e propôs um retorno ao passado para reforçar o pertencimento presente e futuro de um povo historicamente invisibilizado.

PROTEÇÃO TERRITORIAL E INCIDÊNCIA POLÍTICA

Na Terra Indígena Yanomami (RR/AM), o **VI Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana** reuniu mais de 550 pessoas para discutir sobre educação, governança territorial e como garantir a continuidade de políticas de saúde e combate ao garimpo. Maior fórum político do território, o encontro resultou na **Carta de Surucucu**, na qual as lideranças reconhecem os esforços do Governo Federal na retirada de garimpeiros, mas pedem avanços na implementação de Bases de Proteção Etnoambiental,

Foto: ©Erik Vesch/Cama Leão/ISA



Participantes do VI Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana reunidos na comunidade Hori Yauopë (RR).

na punição dos financiadores da atividade ilegal e no combate à malária. Anteriormente, as mulheres presentes no **XVI Encontro de Mulheres Yanomami** já haviam assinado **uma carta** reforçando que não aceitam mineração na floresta. Elas também refletiram sobre a saúde da mulher e a necessidade de assistência social às indígenas que precisam se deslocar para as cidades.

Uma das principais preocupações das mulheres é o câncer de colo do útero. Relatos revelam um ciclo de perdas precoces em que gerações de mulheres de uma mesma família são interrompidas quase na mesma fase da vida, o que evidencia a urgência de uma atenção especializada à saúde da mulher indígena.

Em junho, mulheres Yanomami e Ye'kwana que atuam como Agentes Indígenas de Saúde foram formadas em prevenção e cuidados relacionados à doença, enquanto médicas, enfermeiras e técnicas do Distrito Especial de Saúde Indígena Yanomami foram capacitadas em abordagens ginecológicas adequadas às especificidades de mulheres indígenas. O Departamento de Mulheres Indígenas da FOIRN também já havia levado **denúncias e dados** sobre o **direito reprodutivo das mulheres** e pedidos de políticas públicas de **prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de colo do útero** para as autoridades em Brasília, durante sua participação na **IV Marcha das Mulheres Indígenas**.

Durante a IV Marcha das Mulheres Indígenas, as rionegrinas levaram a Brasília denúncias e dados sobre câncer de colo do útero e direitos reprodutivos da mulher indígena.



Foto: ©Rede Wayuri

A pauta do combate ao garimpo ilegal também foi reforçada pela **participação da Aliança em Defesa dos Territórios na 6ª Convenção de Minamata, em Genebra (Suíça)**. Formada por lideranças Yanomami, Kayapó e Munduruku, a articulação destacou o quanto o mercúrio usado na atividade tem sido nocivo para sua saúde e para os peixes, rios e solos. Eles também se reuniram com a delegação oficial brasileira para dialogar sobre o Plano de Ação Nacional, instrumento voltado ao controle e à eliminação do mercúrio.

APRENDIZADOS COM NOSSOS PARCEIROS

Somos parte de uma densa rede de relações que se organiza dentro e fora dos territórios, com cada elemento se unindo a outros como elos. Juntos, tecemos uma paisagem de cuidado e coletividade, que sustenta nossas capacidades institucionais e articulações políticas. São centrais a essa rede as comunidades em que atuamos diretamente com povos indígenas, quilombolas, extrativistas e tradicionais, além de suas associações, coletivos, cooperativas e organizações representativas. Com elas, estão o ISA, redes regionais e nacionais, outras organizações da sociedade civil, financiadores e doadores, universidades, comunicadores e veículos de imprensa. E então, os órgãos públicos e o sistema de justiça, com os quais dialogamos, tensionamos e cooperamos. E também a sociedade mais ampla, que recebe informação, é convocada a se engajar e constrói sentidos próprios sobre floresta, clima e direitos.

Essa complexidade não é acessória: ela explica a própria natureza do ISA. Uma organização que atua em rede, que publica, pesquisa, forma, litiga, monitora, comunica e articula políticas públicas não pode pensar seus públicos como audiências passivas. Quem está conosco nessa rede são também coautores, interlocutores, fiscalizadores, e, em muitos casos, as próprias razões de existir da instituição.



Foto: ©Caio Ferraz/Redário/ISA

2025 nos ensinou que a articulação em rede é essencial para capilarizar nossas capacidades institucionais e políticas, circular conhecimento qualificado e permitir que os povos e territórios falem por si.

O principal aprendizado sobre articulação em rede, olhando para a trajetória recente que desemboca em 2025, é que parceria boa não é apenas a soma de logos, mas a alavancagem e capilarização das capacidades de ação. Quando o ISA se conecta, amplia a possibilidade de que o conhecimento circule, que os territórios falem por si, que os dados tenham aderência política e que a resposta institucional esteja à altura dos conflitos. O ganho não é apenas operacional; é político e estratégico.

Por fim, há também um aprendizado mais delicado, mas igualmente importante: trabalhar em rede não elimina diferenças e distâncias automaticamente. Exige pactos, tradução entre linguagens, respeito ao tempo de cada parte, nitidez de papéis, e muita escuta. As alianças mais potentes tendem a ser justamente aquelas em que todos se reconhecem como partes de uma ecologia ampla de organizações e lideranças que, juntas, conseguem fazer avançar o que nenhuma instituição isolada conseguiria sustentar.



DESTAQUE DE 2025

ISA NA COP30



Mais de três décadas após ser gestada em solo brasileiro, a 30ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP30) desembarcou em Belém (PA) para uma edição que se pretendia histórica. Ambientada pela primeira vez no coração da Floresta Amazônica, sua legitimidade dependeria de uma ampla participação social de povos indígenas e de comunidades tradicionais, bem como da defesa de seus territórios, vitais na batalha contra a emergência climática. Assim, para o ISA, a prioridade foi levar para o centro do debate os conhecimentos ambientais e climáticos dos povos da floresta, nossos parceiros históricos.

Lançamento da NDC Quilombola, em Brasília, reuniu membros da CONAQ, representantes do governo, e colaboradores do ISA e de organizações da sociedade civil.



Foto: ©Ana Flávia Barbosa/Instituto de Referência Negra Peregum

ARTICULAÇÕES PRÉ-COP

O trabalho começou bem antes que a COP30 abrisse suas portas, em novembro, com a participação em **encontros preparatórios** com lideranças comunitárias, parlamentares e organizações parceiras para discutir políticas climáticas, estratégias de adaptação e mitigação e o protagonismo qualificado dos povos na conferência. Destas articulações, resultaram instrumentos concretos de incidência, como a **Carta de Direitos Climáticos das Juventudes Indígenas do Rio Negro**. Construído coletivamente pelo Departamento de Adolescentes e Jovens do Rio Negro, o documento apresenta dez propostas para atingir a justiça climática na Amazônia, em eixos como financiamento climático, governança ambiental e educação intercultural.

Já a inédita **Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) dos Quilombos do Brasil**, elaborada junto à CONAQ, reconheceu o papel decisivo dos quilombos e de suas práticas ancestrais de gestão da terra para a redução das emissões de carbono, propondo a titulação e proteção integral destes territórios para a efetivação das metas climáticas brasileiras.

Ainda em parceria com a CONAQ, o **painel interativo Amazônia Quilombola** reforçou a presença quilombola nas negociações climáticas ao revelar a importância destas populações para a conservação do bioma. O estudo mostra que a Amazônia Legal concentra 632 territórios quilombolas, número 280% maior do que o oficial. Juntos, eles somam mais de 3,6 milhões de hectares e preservam até 92% da sua vegetação nativa. O mapeamento foi apresentado na COP30, fortalecendo **discussões estratégicas** sobre as soluções climáticas vividas pelas comunidades tradicionais.

POVOS DA FLORESTA NO CENTRO

Ocupados os pavilhões da conferência e as ruas de Belém, o recado era incontestável: onde há floresta em pé, há equilíbrio climático, soberania alimentar e sociobiodiversidade fortalecida. E ninguém melhor para cuidar deste patrimônio que os povos que vivem nestes territórios há séculos. Esta perspectiva fundamentou a atuação do ISA na COP30, a começar por suas **dez recomendações socioambientais** para combater as mudanças climáticas e promover uma transição justa, cuja proposta era inspirar uma tomada de decisões pautada pelos aprendizados acumulados a partir da profunda relação entre humanos e natureza.

Da Bacia do Xingu (MT/PA) à Terra Indígena Yanomami, passando pelo Vale do Ribeira (SP) e pela Terra do Meio (PA), a programação seguiu com **ciclos de debates promovidos com organizações locais**, que destrincharam os impactos da crise climática nos territórios e reafirmaram a urgência de iniciativas de adaptação com verdadeira participação comunitária.

Ângela Haxuyana e Sônia Guajajara se abraçam em comemoração ao anúncio de homologação da Terra Indígena Haxuyana-Tunayana na COP30, após 17 anos de espera.



Foto: ©Tatiane Maria Klein/ISA

Diálogos entre lideranças, pesquisadores e agentes públicos, a exibição de documentários e a **cobertura colaborativa** por **comunicadores indígenas e quilombolas** também marcaram a conferência, demonstrando que respostas efetivas às mudanças climáticas necessitam reconhecer a diversidade de saberes, modos de vida e produção. Um dos destaques foi a rede de **Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs) do Rio Negro**, celebrada em **publicações** e eventos pelos 20 anos investigando alterações nos ciclos da natureza e os efeitos da crise climática na região através da união de métodos científicos e saberes ancestrais.

AVANÇOS E VITÓRIAS

Afinal, eles carregam conhecimentos milenares de manejo territorial, que sustentam outro eixo-chave na agenda climática: **os Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs) e as economias da sociobiodiversidade**. Em uma **série de debates**, povos indígenas e comunidades tradicionais cobraram o reconhecimento de seus patrimônios culturais e produtivos e demandaram políticas públicas que fortaleçam as economias locais, promovam fartura alimentar e protejam as florestas.

Ao fim e ao cabo, e apesar de alguns tropeços nas negociações oficiais, a COP30 rendeu **bons frutos para os povos da floresta**, como o avanço nos **processos**



Destaque na COP30, os AIMAs produzem ciência climática em conexão com o território e os ciclos da natureza.

Foto: ©Aloísio Cabalzar/ISA

demarcatórios de 38 Terras Indígenas, o maior em quase 20 anos. Para os quilombolas, a **menção inédita ao termo ‘afrodescendentes’** nos documentos finais da conferência marcou um reconhecimento histórico ao seu papel na regulação climática. Já os povos extrativistas da **Terra do Meio** conquistaram dois anúncios de **políticas públicas**: um projeto-piloto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e investimentos de R\$2,6 mi no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

DESTAQUE DE 2025

TERRITÓRIO VIVO





O anúncio de **38 novos atos demarcatórios durante a COP30** elevou o total brasileiro a 823 Terras Indígenas, em diferentes etapas do processo. É um **salto considerável** e fundamental para a manutenção do direito constitucional à terra no país. É, também, um ponto fora da curva, em um ano marcado pelo acirramento de um **projeto político neocolonial** que ameaça o uso integrado, sustentável e respeitoso dos territórios por humanos e não-humanos.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal armaram ofensivas para dificultar **demarcações** de Terras Indígenas e desmontar as **estruturas de proteção ambiental** no país. Tensões entre os Três Poderes

Foto: ©Lucas Landau/ISA

A aprovação do PL da Devastação enterrou as regras de licenciamento ambiental brasileiras.



intensificaram as disputas e expuseram inúmeras comunidades à violência. Frente a este cenário desafiador, o ISA atuou para frear retrocessos e evidenciar as contribuições climáticas, ecológicas e sociais de territórios tradicionais protegidos e vivos.

PL DA DEVASTAÇÃO

Um dos principais obstáculos foi o **PL da Devastação** (Projeto de Lei 2159/2021), investida sem precedentes do Legislativo para afrouxar as regras de licenciamento ambiental. A novela se estendeu durante quase todo o ano, com **idas e vindas entre os Poderes**. Uma primeira versão, avaliada como **a mais radical** já discutida sobre o tema, passou sem dificuldades no Senado e na Câmara. Depois, foi enviada para o Executivo, que **vetou alguns**

dos pontos mais controversos – mas quase todos **foram derrubados** quando a lei voltou para apreciação do Congresso, menos de uma semana após a COP30.

O saldo final não poderia ser pior: a medida prevê o autolicenciamento para empreendimentos de médio porte e potencial poluidor, além de criar uma **licença acelerada** para obras em setores considerados estratégicos e a dispensa para algumas atividades pré-determinadas, como a pecuária. Também desconsidera,

Territórios íntegros e usados sustentavelmente por humanos e não-humanos estão na mira de um projeto político neocolonial.



Foto: ©Carol Quintanilha/ISA

para fins de licenciamento, as Terras Indígenas e Territórios Quilombolas com regularização incompleta, bem como as Unidades de Conservação fora da área diretamente afetada. De acordo com um **estudo do ISA**, **mais de 3 mil Áreas Protegidas ficam completamente vulneráveis**. Para nós, que acompanhamos o tema desde 2021, este é o maior retrocesso ambiental da história recente do país.

MARCO TEMPORAL

Enquanto isso, era desenterrado o **Marco Temporal**, tese ruralista que prevê que povos indígenas só podem

reivindicar terras que já ocupavam em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Marcada pela ausência da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a principal entidade representativa dos povos originários, uma **comissão de conciliação** sobre o tema no Supremo Tribunal Federal (STF) terminou sem consenso. Além disso, **a tese foi incluída** em uma **emenda aprovada** pelo Senado, que também proibia a ampliação de Terras Indígenas já demarcadas. Dias depois, o STF julgou ações que contestavam a Lei do Marco Temporal (Lei 14.701/2023) e **declarou novamente**

sua inconstitucionalidade, um posicionamento já adotado em 2023. Nesta decisão, reconheceu, pela primeira vez, a omissão do Estado em não concluir os procedimentos demarcatórios no prazo de cinco anos após a promulgação da Carta Magna.

Uma das partes interessadas (*amicus curiae*) no processo, o ISA acompanhou toda a movimentação e defendeu, diante da Corte, a importância das Terras Indígenas para o combate às mudanças climáticas. Na Amazônia e no Cerrado, por exemplo, estes territórios são responsáveis por preservar uma área equivalente a quase 149 milhões de campos de futebol, segundo um **estudo do ISA** com base em dados do Prodes. Na Caatinga, Mata Atlântica,

Pampa e Pantanal, uma **pesquisa inédita** do ISA destacou que as terras demarcadas impedem a degradação ambiental e contribuem amplamente com a regeneração da vegetação nativa, principalmente quando comparadas com seu entorno.

Até 2,94 bilhões de toneladas de carbono podem deixar de ser capturadas na Amazônia em 2030 caso os governos locais não controlem o desmatamento, sobretudo em áreas protegidas, conforme reforçou um **levantamento inédito** da Rede Amazônica de Informação Socioambiental

Georreferenciada (RAISG), a qual o ISA integra, e do Woodwell Climate Research Center.

DEMARCAÇÃO JÁ!

Apesar da rejeição ao Marco Temporal no STF, a APIB, o ISA e entidades aliadas avaliaram que os votos dos ministros introduziram regras e exceções que podem, na prática, dificultar significativamente o reconhecimento e proteção dos territórios. Ficou pendente, assim, um entendimento que afaste incondicionalmente a tese ruralista e impeça qualquer mecanismo que produza efeitos equivalentes. As brechas permitiram, por exemplo, o avanço de textos como o do **Projeto de Decreto Legislativo 717/2024**, que esvazia a base técnica e legal das demarcações, paralisando trabalhos em andamento e anulando outros existentes. Ou ainda do **Projeto de Lei 6093/2023**, que cria entraves burocráticos e amplia a interferência política nos processos demarcatórios, segundo **nota técnica da APIB e do ISA**.

Diante de tantas incursões contra o direito à terra, o ISA segue apoiando mobilizações populares, como a **campanha “Brasil Indígena, Terra Demarcada”**, que destacou o papel dos territórios originários na preservação ambiental e reforçou: defendê-los é garantir o futuro do país. Promovida em conjunto com a APIB, a Mídia Indígena e a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), a campanha foi abraçada por celebridades de grande alcance nacional.

Indígenas Munduruku bloqueiam a rodovia Transamazônica contra o Marco Temporal e a comissão de conciliação proposta pelo ministro Gilmar Mendes.



Foto: ©Associação Pariri

DESTAQUE DE 2025

EDUCAÇÃO TERRITORIALIZADA





“Nós não deixamos a nossa cultura morrer, nós queremos que ela continue. E essa continuação é dos jovens, das crianças que estão na escola”.

A educação escolar não se resume a ensinar conteúdos, conforme revela a **fala de Aurico Dias**, liderança do Quilombo São Pedro, no Vale do Ribeira. Pelo contrário, é um espaço-chave para se conhecer e aprender a valorizar, desde cedo, jeitos diversos de estar no mundo.

Estudantes participam da 16ª Feira de Sementes e Mudanças Tradicionais do Vale do Ribeira, onde a educação quilombola e a alimentação escolar estiveram no centro das discussões.



Foto: ©Júlio César Almeida/ISA

Atento a este potencial, o ISA vem trabalhando em iniciativas alinhadas à territorialização da educação, fortalecendo uma experiência escolar que caminhe lado a lado com os povos e comunidades tradicionais e inclua os princípios socioambientais no cotidiano dos alunos.

ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL NAS ESCOLAS

Um dos eixos centrais de atuação neste sentido é a **alimentação escolar**, que oferece a oportunidade simultânea de fortalecer os SATs, gerar renda para os territórios, fornecer comida saudável para as crianças e exaltar a cultura alimentar dos povos no ambiente escolar. Mas isso depende de políticas públicas adequadas aos tempos de plantio e colheita locais e às formas comunitárias de produção.

O tema foi discutido amplamente na **16ª edição da Feira de Sementes e Mudanças Tradicionais do Vale do Ribeira**, durante uma **oficina sobre as experiências de alimentação escolar quilombola** no município de Iporanga (SP). Na cidade, 95% da alimentação escolar vem das roças quilombolas. Já são sete comunidades, oito escolas e 179 crianças impactadas, que hoje consomem arroz, farinha de mandioca e ovo caipira, muitas vezes produzidos por seus próprios familiares. A conquista é resultado da atuação da **Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos (CATRAPOVOS)**, composta na região pelo ISA, lideranças quilombolas,

Foto: ©Jéssica Daiane/ISA



Peixe e farinha são alguns dos alimentos que estão chegando às escolas de Mato Grosso, fruto da atuação da CATRAPOVOS para fortalecer o acesso às políticas de alimentação escolar.

Ministério Público Federal (MPF) e representantes de órgãos públicos. O grupo busca promover a alimentação tradicional em escolas indígenas, quilombolas e ribeirinhas e ampliar o acesso das comunidades ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em Mato Grosso, onde o ISA também integra a CATRAPOVOS, a articulação entre agricultores tradicionais, gestores escolares e instituições públicas já tem permitido a entrada de **peixe fresco, pequi e beiju** nos cardápios escolares. A Comissão realiza levantamentos sobre quais produtos podem ser oferecidos, **promove formações e debates sobre os programas alimentares** e apoia a adequação das políticas públicas para a realidade dos povos.

Integrantes do FNEEI marcham pelo reconhecimento das histórias e culturas indígenas nos currículos escolares.



Foto: ©Oziel Ticuna/FNEEI

A iniciativa é fundamental para o fortalecimento de comunidades e de sistemas agrícolas, ambientais e climáticos mais resilientes, saudáveis e seguros.

SABERES ANCESTRAIS NA EDUCAÇÃO

Estratégias para capacitar professores, gestores e nutricionistas a melhor acessarem políticas alimentares também **têm sido estruturadas na região do Rio**

Negro, onde a implementação do PNAE ainda enfrenta desafios logísticos por conta das longas distâncias. Apesar disso, a região já observa avanços consistentes. Em Santa Isabel do Rio Negro (AM), por exemplo, a Casa

de Frutas, que produz frutas secas, polpas e barrinhas, fez sua primeira comercialização para a Secretaria Municipal de Educação. Em São Gabriel da Cachoeira, por sua vez, o PNAE já beneficiou 6.128 alunos de 50 escolas, executando mais de R\$392 mil em contratos individuais de compras da agricultura indígena local.

Já no Território Indígena do Xingu (MT), os povos querem **escolas que sigam o ritmo da vida comunitária**. No **II Encontro de Educação Escolar Indígena**,

realizado pela ATIX com apoio do ISA, educadores e lideranças discutiram como fortalecer projetos pedagógicos que valorizem os saberes ancestrais e os princípios do bem-viver no contexto escolar. Isto inclui a alimentação escolar tradicional, mas também currículos que incorporem aulas na roça e a transmissão oral de conhecimentos.

A promoção de mais histórias e saberes ancestrais nas salas de aula é um compromisso crescente para o ISA, que tem buscado garantir uma melhor aplicação da **Lei 11.645/08**, a qual torna obrigatório o ensino das culturas indígenas e afro-brasileiras nas escolas. Junto ao Fórum Nacional de Educação Indígena (FNEEI), ao Instituto Alana e à ANMIGA, o ISA lançou o **Edital Aldear a Educação Básica**, para reconhecer experiências inspiradoras de ensino das histórias indígenas, valorizar a sociodiversidade dos povos e combater o racismo nas escolas.

Onze iniciativas foram selecionadas e estão sendo disponibilizadas em um repositório de boas práticas no site **Povos Indígenas no Brasil Mirim**. O edital complementa iniciativas anteriores, como um **levantamento** dos métodos de trabalho de educadores indígenas para a aplicação da lei e a **nota técnica** que analisa os entraves enfrentados desde a promulgação do texto e propõe ações para sua maior efetividade.

GOVERNANÇA E FORTALECIMENTO TERRITORIAL





Territórios íntegros e seguros são a base material para comunidades saudáveis, bem alimentadas e culturalmente fortalecidas. É somente ali, neste espaço simultaneamente físico, político e simbólico, que a reprodução da vida se torna possível. Ações permanentes de fiscalização e combate ao crime organizado têm se mostrado efetivas na desaceleração das invasões, mas a batalha não está ganha: garimpo, desmatamento e violência ainda pressionam todos os biomas, colocando em risco a existência sociocultural de povos inteiros.

TERRITÓRIOS SOB AMEAÇA

Monitoramentos recentes demonstram o tamanho do desafio. O **relatório Sirad-I**, por exemplo, identificou que territórios com a presença de povos isolados seguem sendo alvo de atividades ilegais, como a mineração e a exploração madeireira. O desmatamento registrado no período corresponde a uma derrubada de mais de 1,2 milhões de árvores, a maior parte nas Terras Indígenas Kayapó e Munduruku (PA) e no Território Indígena do Xingu.

Outra área em situação de alerta, segundo **nota técnica divulgada pelo ISA e organizações parceiras**, é a Terra Indígena Cachoeira Seca (PA), do povo Arara. Por lá, o atraso na regularização fundiária e os impactos persistentes da Usina Hidrelétrica de Belo Monte têm impulsionado a devastação ambiental, impossibilitado o ciclo de vida dos peixes (piracema) e provocado uma verdadeira emergência de saúde mental entre os indígenas.

O diagnóstico complementa os **dados levantados pela Rede Xingu+**, à qual o ISA integra, segundo os quais o roubo de madeira se consolidou como uma das principais ameaças à integridade socioambiental da região, especialmente no Corredor de Áreas Protegidas. A abertura de estradas clandestinas para escoamento das toras também contribui para a entrada de garimpeiros e grileiros e prejudica a prestação de serviços públicos de saúde e educação.

GESTÃO TERRITORIAL COMUNITÁRIA

Neste cenário, comunidades tradicionais têm concentrado esforços na elaboração de instrumentos jurídicos e políticos que fortaleçam sua autonomia e o manejo coletivo dos territórios. É o caso dos **Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs)**, que guiam as estratégias de uso e cuidado de cada Terra Indígena e definem orientações específicas para fins de políticas públicas. A construção dos documentos é feita de forma coletiva e participativa por cada povo, podendo contar com a colaboração de associações comunitárias e organizações parceiras. Em 2025, o ISA colaborou com o lançamento de três PGTAs: os das **Terras Indígenas Jurubaxi-Téa e Uneiuxi**, no Médio Rio Negro, e da **Terra Indígena Panará**, na região do Rio Iriri.

Elaborado de forma a alinhar as ações dos órgãos fiscalizadores àquelas realizadas pelos próprios indígenas, o **Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Arara** também entra neste rol de instrumentos para a governança

Foto: ©Renan Khisetje/Aik Produções/ISA



Lideranças Arara lançam o Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Arara no Acampamento Terra Livre 2025.

territorial. No documento, os Arara detalham a quem cabe cada iniciativa para controlar as atividades criminosas que ocorrem no território, como a mediação de conflitos e a vigilância em campo. O mesmo vale para os **Protocolos de Consulta das Reservas Extrativistas do Rio Xingu, do Rio Iriri e do Riozinho do Anfrísio**, lançados juntos em um evento na Universidade Federal do Pará (UFPA). Nos protocolos, as comunidades ribeirinhas reafirmam suas formas de organização social e seu direito de decidir sobre seus territórios de acordo com seus modos de vida. A consulta livre, prévia e informada é garantida aos povos e comunidades tradicionais pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

MONITORAMENTO AMBIENTAL

A produção e circulação de conhecimentos sobre ameaças também se mostram fundamentais. Muitas vezes, estes monitoramentos são realizados pelas próprias comunidades, que costumam ser as primeiras a identificar novos desafios socioambientais. Na Volta Grande do Xingu, o **Monitoramento Ambiental Territorial Independente** foi pioneiro na coleta de dados sobre as transformações no fluxo do rio decorrentes da Hidrelétrica de Belo Monte. O resultado do trabalho, realizado por pesquisadores indígenas, ribeirinhos e acadêmicos e com apoio do ISA, agora pode ser acompanhado por todos, através da nova página de **Instagram do coletivo**. Os impactos da hidrelétrica também podem ser testemunhados de perto na **Canoadá Xingu**, expedição que chegou a sua **sétima edição** convidando turistas a remar pelo Rio Xingu e compreender o profundo vínculo que os indígenas Juruna/Yudjá têm com o rio.

Quem também tem colaborado com processos de fortalecimento territorial através da produção de informações qualificadas é a **RAISG**, composta por organizações de oito países amazônicos. Recentemente, a RAISG apresentou dados atualizados sobre o sistema hídrico, a dinâmica demográfica e os incêndios florestais na região, além do **aplicativo AMA 2.0**, que permite acompanhar em tempo real pressões como desmatamento, focos de calor e mineração, bem como dados sobre biodiversidade e conectividade ecológica.

REDES DE APOIO

Alianças e redes de atuação conjunta entre povos, organizações não-governamentais e instituições políticas são estratégicas para a resolução de conflitos fundiários e o fortalecimento de processos comunitários de gestão e governança territorial. Na Terra Indígena Yanomami, por exemplo, ações sociais importantes em áreas como saúde da mulher, soberania alimentar, direitos humanos e educação têm sido executadas por universidades e órgãos públicos, sempre sob acompanhamento cuidadoso das lideranças indígenas. Neste sentido, o ISA organizou e mediou **um encontro entre as associações que atuam na Terra Indígena e representantes das instituições executoras dos projetos**, onde os indígenas puderam tirar dúvidas sobre o uso dos recursos extraordinários destinados pelo governo federal após a emergência humanitária provocada pelo garimpo ilegal.

Igualmente relevante é o papel da Justiça, como mostra o caso do Quilombo Bombas, no Vale do Ribeira. Há mais de 40 anos, os quilombolas resistem a uma série de conflitos derivados da sobreposição de seu território pelo Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), que, por ser uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, não admitiria presença humana em seu interior. **Uma sentença inédita no país, proferida em favor do quilombo em 2023 e premiada em 2025 pelo Conselho Nacional de Justiça**, foi responsável

Foto: ©Fabrício Araújo/ISA



Lideranças Yanomami se reúnem com representantes de universidades e órgãos federais para acompanhar o andamento de ações sociais no território.

por reconhecer a invalidade da sobreposição e valorizar a permanência quilombola em seu território. A decisão também determinou que o Estado de São Paulo apresentasse um cronograma de execução e prazo para início da **obra da estrada de acesso ao quilombo**, uma obrigação que já dura uma década. A ausência da estrada deixa a comunidade isolada e sem acesso a direitos básicos. Em 2025, **Bombas teve uma vitória histórica**: enfim, a estrada começou a ser construída. Contudo, a obra caminha a passos lentos e a previsão inicial de entrega, em junho de 2026, pode não ser cumprida.

DIREITOS E INCIDÊNCIA POLÍTICA





Se, na política brasileira, a ordem é de guerra contra os povos e territórios tradicionais, urge fazer de Brasília uma trincheira. Dentro dos corredores do Congresso, havia nítida intenção de desestruturar sistemas de proteção ambiental e climática e atropelar direitos originários. Enquanto isso, do lado de fora, povos indígenas e comunidades tradicionais avisavam ao mundo que não recuariam diante das ameaças. O ISA seguiu ao lado dos seus parceiros, apoiando mobilizações comunitárias, monitorando processos e fortalecendo instrumentos de incidência junto aos Três Poderes.

MOBILIZAÇÕES E MARCHAS

Como de praxe, a 21ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL) reuniu mais de sete mil pessoas na capital para celebrar os 20 anos de resistência da APIB, denunciar a agenda anti-indígena em curso no Congresso e no STF, e demandar políticas efetivas de saúde, segurança alimentar e proteção territorial. Na pauta, entraram temas como a falta de representação indígena na comissão de conciliação para discutir as ações de contestação à Lei do Marco Temporal e o protagonismo dos povos no combate à crise climática, com ênfase na preparação para a COP30. Os indígenas também ocuparam as ruas em duas marchas pacíficas, mas na segunda delas, **foram recebidos com truculência policial** e com bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta, usados inclusive em mulheres, crianças e anciãos.



Foto: ©Po Yre/Instituto Kabu/ISA

No 21º Acampamento Terra Livre, sete mil indígenas marcham por seus territórios e pelo equilíbrio climático.

Ainda durante o ATL, representantes da Aliança em Defesa dos Territórios, formada por lideranças Yanomami, Kayapó e Munduruku, discutiram os **desafios da desintrusão garimpeira** e denunciaram impactos persistentes da atividade ilegal em suas comunidades. O ISA participou do debate e destacou que a atuação conjunta de indígenas, da sociedade civil e de órgãos de fiscalização tem promovido uma **redução significativa do garimpo na Amazônia**.

Brasília também recebeu cinco mil mulheres de mais de 100 povos para a IV Marcha das Mulheres Indígenas. Elas debateram pontos como a violência contra seus corpos-territórios, a **demarcação de terras**, saúde, aldeamento da política partidária e a defesa do bem-viver. A Marcha ainda foi palco de um momento histórico: a **1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas**, um espaço para a proposição coletiva de políticas públicas com recortes interseccionais de

gênero/raça, que subsidiarão a formulação da Política Nacional para Mulheres Indígenas.

Em parceria com a ANMIGA, o ISA também aproveitou a oportunidade para lançar a **versão interativa do Mapa das Organizações das Mulheres Indígenas no Brasil**, ferramenta que visa trazer visibilidade para os coletivos liderados por mulheres indígenas e fortalecer sua ação conjunta. A digitalização do mapa permitirá uma atualização periódica dos dados e uma maior difusão do material.

Dez anos após a primeira edição, foi a vez da **II Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver** tomar a capital, com participação inédita e potente de afrodescendentes rurais de 11 países. Vestidas de laranja, quase duas mil quilombolas mobilizadas pela CONAQ reivindicaram o direito a uma existência digna e plena em seus territórios, sustentada por sua ancestralidade, sua coletividade e seus jeitos próprios de pensar a economia, a educação e o cuidado ambiental. Às vésperas do evento, a CONAQ lançou ainda o primeiro boletim **“Saúde Quilombola no Brasil”**, que evidencia como o racismo presente no sistema de saúde tem provocado mortes evitáveis entre a população quilombola. Instituições parceiras, como o ISA, ajudaram a viabilizar a presença das quilombolas na Marcha, reforçando um projeto de futuro em que a justiça racial, territorial e de gênero caminham juntas.



Foto: ©Mariana Soares/ISA

Na IV Marcha das Mulheres Indígenas, ISA e ANMIGA fazem entrega simbólica do Mapa das Organizações das Mulheres Indígenas à deputada Célia Yakriabá. São 241 organizações identificadas pelo levantamento.

PROJETOS ANTI-AMBIENTAIS

Ao mesmo tempo em que as ruas eram preenchidas por faixas, rezas, cantos e a convicção de que não há mundo possível sem territórios tradicionais, as instituições políticas avançavam com propostas destrutivas. Uma delas se refere à tentativa de liberar **mineração e exploração econômica em Terras Indígenas**. O assunto ressurgiu quando foi incluído de última hora em um **anteprojeto de lei** proposto pelo ministro Gilmar Mendes no contexto da comissão de conciliação do Marco Temporal.

Apesar de não ter avançado no STF, a discussão ganhou força no Senado com a aprovação de **dois projetos de lei na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa** e a instalação de um **Grupo de Trabalho sobre Mineração em Terras Indígenas**. O ISA e a APIB acompanharam as movimentações de perto e alertaram que a abertura das Terras Indígenas para empreendimentos minerários viola o direito originário ao usufruto exclusivo do território, além de acentuar conflitos e colocar em risco a autodeterminação dos povos.

O STF também deu passos à frente em relação à **Ferrogrão**, ferrovia que será utilizada para transporte de grãos entre Sinop (MT) e o porto de Miritituba (PA), atravessando os rios Xingu e Tapajós, onde há grande presença de Unidades de Conservação e Terras Indígenas. O ministro Alexandre de Moraes **votou pela constitucionalidade** da Medida Provisória 758/2016, que reduziu o Parque Nacional do Jamanxim para permitir a construção da ferrovia, mas o julgamento foi adiado na sequência por pedido de vistas do ministro Flávio Dino e até o final do ano seguia suspenso. Moraes justificou que a ferrovia traria benefícios na redução de emissões de gases do efeito estufa e no desenvolvimento sustentável da região. Contudo, um estudo do ISA **já havia apontado falhas metodológicas na Análise Socioeconômica de Custo e Benefício** do projeto, que comprometem seu suposto resultado positivo.

GARANTIA DE DIREITOS

A pauta dos transportes foi relevante também por conta do **Plano Nacional de Logística (PNL 2050)**. Em diálogo com o Ministério dos Transportes, o ISA trabalhou para garantir que a política seja construída **com respeito às demandas dos povos e comunidades tradicionais** e suas economias da sociobiodiversidade. O compromisso movimentou a elaboração de **um relatório técnico** com recomendações para uma política de transportes específica para indígenas, quilombolas e ribeirinhos.



Foto: ©Marcelo Salazar/ISA

O Rio Xingu funciona como uma estrada para as populações tradicionais da Amazônia. Para o ISA, as demandas destes povos precisam ser consideradas na elaboração do PNL 2050.

O ISA participou ainda de consultas públicas sobre as oportunidades logísticas para povos tradicionais e promoveu, junto do Ministério dos Transportes e outras organizações da sociedade civil, **um workshop** para debater e aprimorar os critérios socioambientais apresentados pelo governo para o PNL 2050.

Apesar dos desafios, conquistaram-se vitórias históricas, como a entrega da proposta de criação da

Comissão Nacional Indígena da Verdade ao governo. Liderada pelo Fórum Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para Povos Indígenas, capitaneado pela APIB e integrado pelo ISA, a iniciativa propõe a investigação de assassinatos, remoções forçadas e expropriações territoriais cometidos pelo Estado brasileiro contra povos indígenas ao longo da história, bem como a identificação dos responsáveis e a elaboração de medidas de reparação.

ADAPTAÇÃO E JUSTIÇA CLIMÁTICA





Não há mais tempo a perder. A emergência climática já é uma realidade nas cidades e nas florestas, ora provocando secas intensas, ora enchentes catastróficas, ora, ainda, desabamentos e deslocamentos forçados. Na Terra do Meio, por exemplo, a acentuação de eventos climáticos extremos **minguou a safra da castanha**, ameaçando a renda e a segurança alimentar de ribeirinhos. Enquanto isso, na região do Rio Negro, famílias indígenas tiveram suas **roças, casas e escolas completamente alagadas**. Arlindo Maia, guardião

Na região do Rio Negro, a intensificação de eventos climáticos extremos provocou o alagamento de casas e roças.



Foto: ©Walter Silva/AIMA

dos saberes do grupo Oyeá, do povo Tukano, faz **um diagnóstico** preciso: “estamos sem ordem do clima, do tempo, das estações. Vivemos em um embaralhamento e não podemos mais prever os ciclos naturais”.

CLIMA, TERRITÓRIOS E SABERES ANCESTRAIS

Mas se os efeitos das mudanças climáticas têm renda, cor e endereço, suas soluções também têm. As respostas à crise do clima estão justamente nos territórios tradicionais e na sabedoria ancestral de quem sempre viveu em harmonia com a natureza. Muito mais do que apenas participar da COP30, é urgente valorizar estes conhecimentos nos debates climáticos, construir estratégias de adaptação alinhadas às necessidades dos povos e promover a justiça climática.

No ano em que todos os olhos se voltavam curiosos para os desafios climáticos brasileiros, o ISA estava no chão da floresta, fortalecendo diálogos interculturais e elaborando possibilidades de ação a partir do pensamento comunitário. Organizado junto da FOIRN, o **Ciclo de Estudos Interculturais em Políticas Climáticas** reuniu lideranças, advogados e pesquisadores em São Gabriel da Cachoeira para debater ciência do

Na Caatinga Climate Week, participantes apresentaram as soluções climáticas reais desenvolvidas pelos povos do único bioma exclusivamente brasileiro.

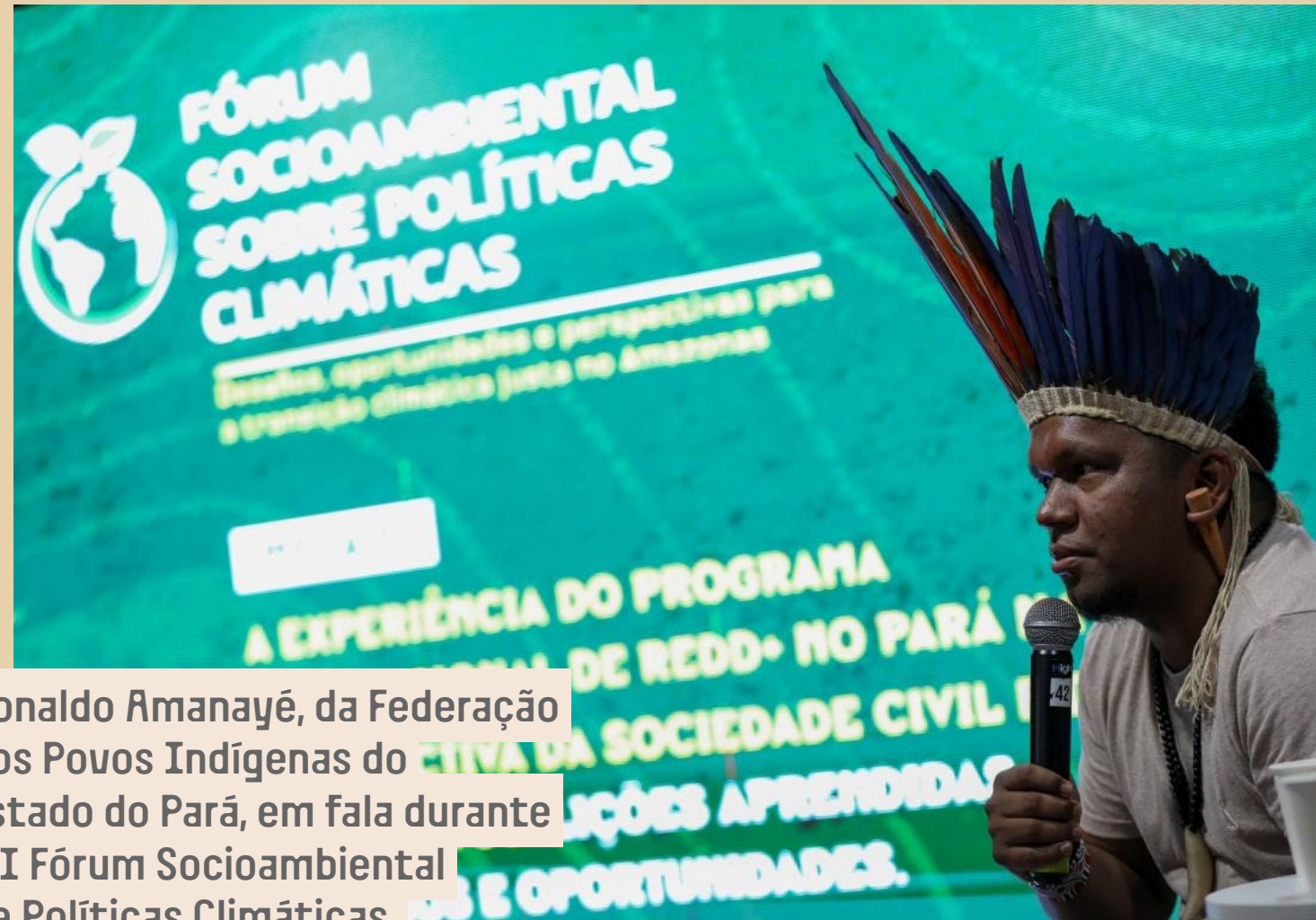


Foto: ©Arthur de Souza/Centro Sabiá

clima, a legislação internacional que regula o tema e os impactos da governança climática global nos territórios.

A primeira oficina destacou os efeitos da interferência humana no equilíbrio climático, introduziu os mecanismos de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e os direitos indígenas no mercado de carbono e ressaltou a importância dos AIMAs para o presente e futuro da Amazônia. A segunda oficina foi marcada pelo intercâmbio com lideranças quilombolas do Vale do Ribeira e pelo estudo de projetos de financiamento climático em territórios indígenas.

Foto: ©Michel Dantas/ISA



Ronaldo Amanayê, da Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará, em fala durante o I Fórum Socioambiental de Políticas Climáticas, realizado em Manaus (AM).

RESPOSTAS SOCIOAMBIENTAIS À CRISE

A troca de experiências sobre o papel dos povos da floresta na manutenção do clima e dos ecossistemas também foi central no **I Fórum Socioambiental de Políticas Climáticas**, realizado em Manaus (AM). Uma iniciativa do ISA, do Memorial Chico Mendes, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e de instituições locais, o evento representou uma aliança renovada entre indígenas, extrativistas e quilombolas pela defesa do meio ambiente, inspirada pelos “empates”, estratégia de resistência pacífica de seringueiros do Acre entre 1970 e 1990. Ao longo de

dois dias, os participantes debateram as potências e fragilidades de projetos de venda de carbono e de sistemas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), além de demandarem políticas de valorização dos produtos da sociobiodiversidade.

Junto do Centro Sabiá, o ISA também ajudou a colocar o Semiárido no centro do debate climático com a **Caatinga Climate Week**, uma expedição que percorreu o agreste e o sertão pernambucanos para apresentar soluções reais de adaptação desenvolvidas por indígenas, quilombolas e agricultores familiares do único bioma exclusivamente brasileiro. Apesar de ser morada de uma rica sociobiodiversidade, a Caatinga ainda é, muitas vezes, deixada de lado nas políticas climáticas. Tecnologias para captação de água das chuvas, técnicas de manejo da terra e de produção agroecológica diversificada e estratégias de troca e armazenamento de sementes crioulas foram algumas das referências apresentadas durante esta semana do clima.

Todo esse conhecimento acumulado precisa ser difundido. Por isso, o **podcast Vozes do Clima** voltou para uma segunda temporada. Em seis novos episódios, o podcast abordou o **protagonismo das mulheres na luta climática**, as articulações indígenas para garantir **ampla participação na COP30**, o **sistema jurisdicional de REDD+** em elaboração no Pará, os **saberes ancestrais**

e **pesquisas interculturais** realizadas pelos AIMAs, os **diálogos preparatórios** e os **resultados** da primeira conferência do clima sediada na Amazônia (COP30).

POLÍTICA CLIMÁTICA JUSTA

Em um momento tão decisivo para a questão climática, o Brasil tinha todas as chances de liderar pelo exemplo e apostar em uma atuação transformadora. Mas a realidade que se desenhava era contraditória: às vésperas da COP30, o país liberou **a exploração de petróleo** na foz do Rio Amazonas e estudava investir na indústria nuclear para abastecer regiões isoladas da Amazônia. Neste contexto, o ISA se juntou a mais de 50 redes e organizações da sociedade civil para **assinar uma carta aberta** apresentando caminhos concretos para uma transição energética justa, transparente, com participação popular e respeito aos direitos humanos e aos territórios tradicionais.

Na mesma linha, quatro importantes redes socioambientais, entre elas a RAISG e a Aliança Norte-Amazônica (ANA), se uniram para demandar uma atuação conjunta dos governos amazônicos para **proteger a conectividade ecológica, hidroclimática e sociocultural** do bioma. O **documento** entregue aos governos amazônicos aponta para ações-chave como a criação de corredores ecológicos entre Terras Indígenas, territórios coletivos e Áreas Protegidas e a promoção de projetos de sociobioeconomia e restauração ambiental.

SOLUÇÕES SOCIOAMBIENTAIS





Povos indígenas, quilombolas, extrativistas e agricultores familiares são detentores e promotores de sofisticadas tecnologias ecológicas, socioeconômicas e cosmológicas de manejo dos ecossistemas, que há séculos sustentam as paisagens da sociobiodiversidade brasileira e garantem o bem-viver.

Baseados na ancestralidade, estes sistemas de conhecimentos apontam verdadeiros faróis em meio às crises climáticas, políticas e civilizatórias contemporâneas. Nos territórios tradicionais, outros futuros possíveis já estão em curso, com soluções concretas, adaptativas e resilientes que possibilitam a continuidade da vida no planeta.

ECONOMIAS DO PRESENTE E DO FUTURO

É o caso das **economias da sociobiodiversidade**, **sistemas socioprodutivos** sustentáveis e inclusivos desenvolvidos pelos povos em conexão com seus modos de vida e seus **Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs)**. Estas economias geram renda para as comunidades, regeneram os ecossistemas, promovem soberania e a segurança alimentar e incentivam as novas gerações a se envolverem com suas culturas e permanecerem nos territórios.

Apesar disso, as cadeias da sociobiodiversidade ainda têm lacunas estruturantes na sua conexão com o mercado, sendo subfinanciadas e fragilizadas por políticas que

privilegiam sistemas baseados na monocultura, uso de agrotóxicos e produção de ultraprocessados. Um **levantamento do Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (ÓSOCIOBIO)**, o qual o ISA integra, destacou que, em 2024, menos de 2% do orçamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na Amazônia Legal chegou a essas atividades. A maior parte do orçamento foi direcionada à pecuária convencional. Em dezembro, lideranças indígenas e quilombolas e técnicos do ISA participaram de **seminários** sobre o tema e destacaram o



10ª edição da Semana do Extrativismo (SEMEX) reuniu produtores indígenas, beiradeiros e agricultores familiares da Rede Terra do Meio com parceiros de instituições públicas e privadas na Terra Indígena Hoatinemo (PA).

quanto processos comerciais, tributários e sanitários ainda são estruturados para atender modelos de alta escala, **excluindo outros jeitos de produzir**.

Para o ISA, corrigir essas lacunas exige políticas públicas adequadas, conectadas e que reconheçam as atividades humanas que geram conservação. Foi o que aconteceu na Terra do Meio, onde a integração dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com um inédito programa-piloto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) focado na agrobiodiversidade beneficiou 785 famílias e gerou mais de R\$2 milhões de renda no território. É uma estratégia que garante soberania alimentar, regulação climática e salvaguarda da cultura e da biodiversidade, e que afirma cada família como protagonista na manutenção desses patrimônios culturais e genéticos.

ENCONTROS E INTERCÂMBIOS

Também essencial é elevar a visibilidade política das cadeias da sociobiodiversidade. Uma estratégia-chave neste processo tem sido a promoção de eventos e intercâmbios entre diferentes redes de produtores.

A **II Semana da Sociobiodiversidade**, por exemplo, reuniu em Brasília mais de 450 lideranças e coletivos que atuam nos segmentos da borracha, pirarucu, castanha-da-Amazônia e pesca artesanal costeira e marinha. Eles demandaram políticas públicas em defesa de

suas economias da sociobiodiversidade, o que inclui regularização fundiária, segurança socioterritorial, participação em debates climáticos e programas específicos de juventude e gênero. O encontro se encerrou com uma sessão solene na Câmara dos Deputados e a entrega da **Carta da Sociobiodiversidade** a parlamentares e representantes do governo.

Na Terra do Meio, o principal momento de troca entre indígenas, beiradeiros e agricultores familiares é a **Semana do Extrativismo (SEMEX)**, que chegou à sua

10ª edição. O encontro, realizado na Terra Indígena Koatinemo (PA), é fundamental para reforçar as alianças entre os membros da **Rede Terra do Meio** e apontar prioridades futuras. Também contou com uma ampla participação de parceiros de órgãos públicos e empresas privadas, contribuindo para uma melhor formulação de políticas e estratégias de comercialização coletiva. A Rede Terra do Meio já é considerada exemplo nacional na venda e distribuição de produtos das florestas, como castanhas, farinhas, óleos e sementes.

PLURALIDADE PRODUTIVA

As economias da sociobiodiversidade estruturam-se como um complexo sistema econômico, tão plural quanto os povos que o organizam, como bem mostra o

livro ***Florescendo nas Brechas: territórios tradicionais e economias da sociobiodiversidade***, publicado pelo ÓSOCIOBIO e lançado no espaço Floresta no Centro, loja do ISA em São Paulo. Além da enorme variedade de alimentos, também compreende arte, cultura, conhecimento sobre a biodiversidade, práticas de manejo da paisagem e diferentes tipos de serviço, como o turismo de base comunitária e os serviços ambientais.

Pensando nisso, o povo Ingarikó elaborou um **roteiro de observação de aves** na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR), que marca o primeiro esboço de um Plano de Visitação Turística da região Ingarikó Wîi Tîpî. A publicação aponta que a atividade pode injetar até R\$ 50 mil por expedição na economia local, beneficiando a juventude em especial. O novo roteiro se agrega a outras iniciativas de turismo de base comunitária promovidas por parceiros do ISA, que movimentaram mais de R\$2,9 milhões em 2025, e se estruturam como uma frente relevante de governança territorial e fortalecimento econômico.

Em parceria com a Hutukara Associação Yanomami (HAY), o ISA também colaborou com a publicação do **Catálogo de Cestaria Yanomami**, que apresenta e facilita a comercialização justa e ética das peças produzidas artesanalmente pelas mulheres indígenas com cipós, raízes e o Përisi, uma espécie de fungo. Sistema produtivo protagonizado majoritariamente pelas mulheres, a arte e seus artefatos movimentaram R\$1,7 milhões em 2025 nas diferentes associações comunitárias. Estes números revelam a resiliência das economias da sociobiodiversidade frente a um cenário macroeconômico adverso e invertem uma lógica colonial de sucesso econômico pautada exclusivamente pela ótica do mercado de alta escala.

A produção de peças artesanais, como a cestaria Yanomami, é um sistema protagonizado pelas mulheres e que movimentou R\$1,7 milhões em 2025 nas diferentes associações comunitárias.

Foto: ©Roberto Almeida/ISA



RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA EM REDE

Parte importante da geração de renda local e da permanência digna nos territórios, principalmente pela juventude, é promovida por **projetos de restauração ecológica, integrados em redes de sementes locais** e conectados através do **Redário**, uma articulação nacional de redes e grupos de coletores de sementes. Criado em 2022, o Redário conta com 27 redes de sementes em quatro biomas e mais de 2.700 coletores, sendo 63% mulheres. São mais de 665 toneladas de sementes de 380 espécies comercializadas, totalizando aproximadamente 18,7 mil hectares em processo de restauração.

Em junho, Nova Xavantina (MT) recebeu o **4º Encontro do Redário**, um momento de troca e pertencimento entre os coletores, técnicos e pesquisadores que fazem essa roda girar. O evento contou com a participação de 150 representantes de redes atuantes na Amazônia, no Cerrado, na Mata Atlântica e na Caatinga. Juntos, eles discutiram técnicas de beneficiamento e estratégias de precificação, celebraram os benefícios sociais e afetivos da coleta e reafirmaram sua crença em um modelo de trabalho com a floresta em pé, mesmo diante de tanta destruição socioambiental ao redor. Onde a monocultura é lei, o Redário faz diferente: além de promover a autonomia de organizações de base, garante a diversidade de sementes nativas e o plantio das florestas do futuro. É um trabalho inspirador, escalável e reconhecido internacionalmente: o Redário foi destaque

na **11ª Conferência Mundial de Restauração Ecológica**, realizada em Denver (EUA), onde reforçou o protagonismo das comunidades na restauração ecológica.

REDES DE SEMENTES

Para que exista Redário, porém, é preciso antes existirem redes de sementes locais. E desde julho, Roraima conta com uma para chamar de sua: a **Rede de Sementes da Serra da Lua**. Uma grande muvuca e a presença de técnicos, coletores e lideranças dos povos Macuxi e Wapichana marcaram o início desse novo ciclo, com um plantio das sementes que eles mesmos coletaram. A nova rede conta com 38 coletores, distribuídos entre as Terras Indígenas Tabalascada, Canauanim e Malacacheta.

Enquanto uma nova rede nascia em Roraima, outra um pouco mais antiga recebia um reconhecimento inovador: o **prêmio Ammodo de Arquitetura 2025** na categoria Escala Local, entregue à **Casa de Sementes Jucão, que guarda todas as sementes da Rede de Sementes do Vale do Ribeira**. Localizada no Quilombo Nhunguara, em Iporanga (SP), e feita em taipa de pilão com cascalho do Rio Ribeira de Iguape, a Casa de Sementes foi escolhida por combinar valor social e ecológico, atender às necessidades locais e ter o potencial de transformar realidades e problemas globais.

Já a Rede de Sementes do Xingu foi reconhecida pela ONU como uma **Campeã Mundial da Década da Restauração** na categoria Comunidades.

Foto: ©Fabrício Marinho/ISA/Platô



Muvuca de sementes marca o nascimento da Rede de Sementes da Serra da Lua, em Roraima.



Casa de Sementes Jucão, da Rede de Sementes do Vale do Ribeira, premiada pelo Ammodo Architecture Awards 2025 por seu valor social e ecológico.

Foto: ©Alain Briatte Mantchev

An illustration of four people sitting in the branches of a large, brown tree with green leaves. On the left, a person with dark skin and curly hair, wearing a green shirt and blue pants, is crouching and taking a photo with a camera. In the center, a person with dark skin and short hair, wearing a brown shirt and a necklace, is shouting into a yellow megaphone. On the right, a person with dark skin and long hair, wearing a yellow shirt and blue pants, is sitting cross-legged and looking at a smartphone. In the bottom right, a person with dark skin and long hair, wearing an orange top, is crouching and taking a photo with a camera. The background is a light beige color. The text 'COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO' is written in white capital letters on a blue rectangular background in the bottom left corner.

COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO



Uma flecha dos territórios para o mundo: é assim que comunicadores indígenas, ribeirinhos e quilombolas compartilham, em seus próprios meios e linguagens, suas culturas e modos de vida. Em um mundo totalmente midiaticado, o rádio, o cinema e a internet têm se tornado armas cada vez mais potentes para os povos tradicionais, que utilizam estes espaços para pluralizar as vozes no debate público e engajar a sociedade em questões territoriais, climáticas e sociobioeconômicas.

É uma nova era da comunicação no Brasil, conforme demonstraram mais de 100 comunicadores indígenas, de 62 povos, reunidos em Belém no **I Encontro Nacional de Comunicação Indígena**. “[Estamos] conquistando, a cada dia, mais aliados que acreditam que nossos territórios precisam ser protegidos e que nossos direitos devem ser garantidos”, destacou o influenciador Gilmar Mendes Guajajara na ocasião. O evento representou um momento histórico de trocas e formação técnica, e mobilizou a criação de um coletivo nacional capaz de projetar a luta indígena para todos os cantos do planeta.

A FORÇA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Se hoje este movimento conquistou espaço, é porque está sendo semeado há anos por redes de comunicadores formadas em distintos territórios pelo país, a exemplo da **Rede Wayuri de Comunicadores**

Indígenas do Rio Negro. Criada em 2017 pela FOIRN, com apoio do ISA, a Rede Wayuri é hoje uma referência de comunicação indígena na Amazônia, circulando informações em línguas indígenas para dentro das comunidades pelo rádio e pelas redes sociais.

Em março, seus membros promoveram uma **Oficina de Comunicação Popular**, onde discutiram o papel do rádio na comunicação comunitária e compartilharam

estratégias de resistência via narrativas orais com coletivos indígenas e quilombolas do Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Maranhão. Reconhecendo esse legado, a novíssima **Rádio Nacional dos Povos**, uma aliança entre comunicadores indígenas e quilombolas, homenageou a Rede Wayuri em seu programa de estreia. O ISA participou da transmissão e reforçou que a iniciativa representa um ponto de virada na luta dos povos por visibilidade.



Oficina de Comunicação Popular da Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas do Rio Negro.

Foto: ©Vanessa Fernandes/ISA

A comunicação comunitária também tem sido fundamental para a defesa da Bacia do Xingu. Por lá, são os **cineastas, fotógrafos e comunicadores indígenas e ribeirinhos** que primeiro documentam ameaças aos territórios e compartilham suas manifestações culturais e políticas com a sociedade. Alguns destes registros, selecionados para a exposição ***Os Olhos do Xingu***, agora podem ser vistos por todos através da plataforma Google Arts & Culture. Estes profissionais, que se organizam dentro de suas próprias comunidades e também na **Rede Xingu+ de Comunicadores**, se reuniram para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, reforçar seus acordos coletivos e decidir sobre sua próxima produção, que abordará a resistência dos Khisêjtê.

ECOANDO VOZES

O ISA sempre apoiou estratégias de comunicação comunitária e intercultural que ajudam a amplificar as vozes e perspectivas dos seus parceiros. Além das redes de comunicadores, este compromisso aparece em iniciativas como o **podcast Floresta no Centro**, que registra rodas de conversa realizadas na loja do ISA em São Paulo. Foram três episódios publicados no ano: **o primeiro** destaca uma troca de saberes entre a pesquisadora e artista plástica Ehuana Yanomami e a psicóloga e escritora guarani Geni Núñez; **o segundo**, uma conversa sobre identidade e pertencimento entre mulheres indígenas em contexto urbano; e **o terceiro**, um debate sobre os impactos das mudanças climáticas na arte das ceramistas do Xingu.

Ao longo do ano, o ISA também colaborou com a criação de uma ampla lista de produtos de comunicação, de filmes a livros. Com o Redário, por exemplo, foi lançada uma **série de vídeos para as redes sociais** destacando as histórias de luta e transformação de mulheres coletoras de sementes nativas, bem como **o videoclipe *Dar terra à Terra***, cantado pela multiartista e produtora cultural Socorro Lira e protagonizado por coletores de todo o Brasil. Já a parceria com associações comunitárias Yanomami deu origem a uma **animação**, narrada em língua Yanomami, que explica o funcionamento do Sistema de Alertas Yanomami,

Foto: ©Brenda Okubo/ISA



Conversa entre a liderança e ceramista Yakuwipu Wuarã e a analista de desenvolvimento de pesquisa social do ISA, Karina Araújo é tema do podcast Floresta no Centro.

Comunicadores da Rede Xingu e parceiros reunidos na Terra Indígena Wawi (MT) para o Encontro Geral de 2025.

Foto: ©Kamikia Kisedje/ISA



ferramenta digital criada para monitorar invasões e denunciar ameaças ao território.

Os Yanomami também estiveram nas telas de cinema em 2025, com **o longa-metragem *A Queda do Céu***, baseado no livro homônimo escrito pelo xamã Davi Kopenawa e pelo antropólogo Bruce Albert, considerado uma das obras literárias mais importantes da contemporaneidade. O filme acompanha os Yanomami da comunidade Watoriki (AM) durante um Reahu

(festa, em português) e apresenta a cosmologia desse povo e o cerco promovido pelo garimpo ilegal. Outra liderança histórica que teve seu pensamento e trajetória registrados em livro foi Raoni Metuktire, uma das vozes indígenas mais influentes do mundo. Em **Memórias do Cacique**, escrito com seus netos, Raoni reconta sua trajetória, a cosmopolítica Mebêngôkre-Kayapó e sua concepção sobre a floresta, sua luta e o mundo atual.

Dois livros para os quais o ISA colaborou foram agraciados em 2025 com o Prêmio Jabuti, o principal da literatura brasileira. **Uma Enciclopédia nos Trópicos: memórias de um socioambientalista** venceu o Jabuti Acadêmico na categoria Antropologia, Sociologia, Demografia, Ciência Política e Relações Internacionais.

Espécies de Aves do Rio Cubate: Terra Indígena do Alto Rio Negro venceu na categoria Ciências Biológicas, Biodiversidade e Biotecnologia. O primeiro registra as histórias e a trajetória de Beto Ricardo, sócio-fundador do ISA e um dos maiores nomes na consolidação do campo socioambiental no Brasil. O segundo, resultado de uma parceria entre pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e autores Baniwa, reúne informações detalhadas sobre nomes tradicionais, habitat e comportamento de 310 espécies de aves.

Durante a COP30, foi lançado ainda o documentário *Vidas Beiradeiras - Saberes e Práticas Tradicionais na Floresta*. O filme nos leva a uma viagem à Terra do Meio, onde comunidades desenvolvem um modo de vida singular às margens dos rios Xingu e Iriri, a partir de matrizes indígenas e sertanejas. Coexistindo com a floresta e as águas, estes povos promovem um sistema agrícola que gera fartura alimentar, preservação ambiental e regulação climática, e que precisa ser reconhecido como patrimônio cultural.

ENGAJAMENTO SOCIAL

Com suas produções culturais e comunicacionais, o ISA fortalece um movimento estratégico de convidar a sociedade brasileira a conhecer as histórias e saberes socioambientais, indígenas, ribeirinhos e quilombolas e se solidarizar com suas causas.

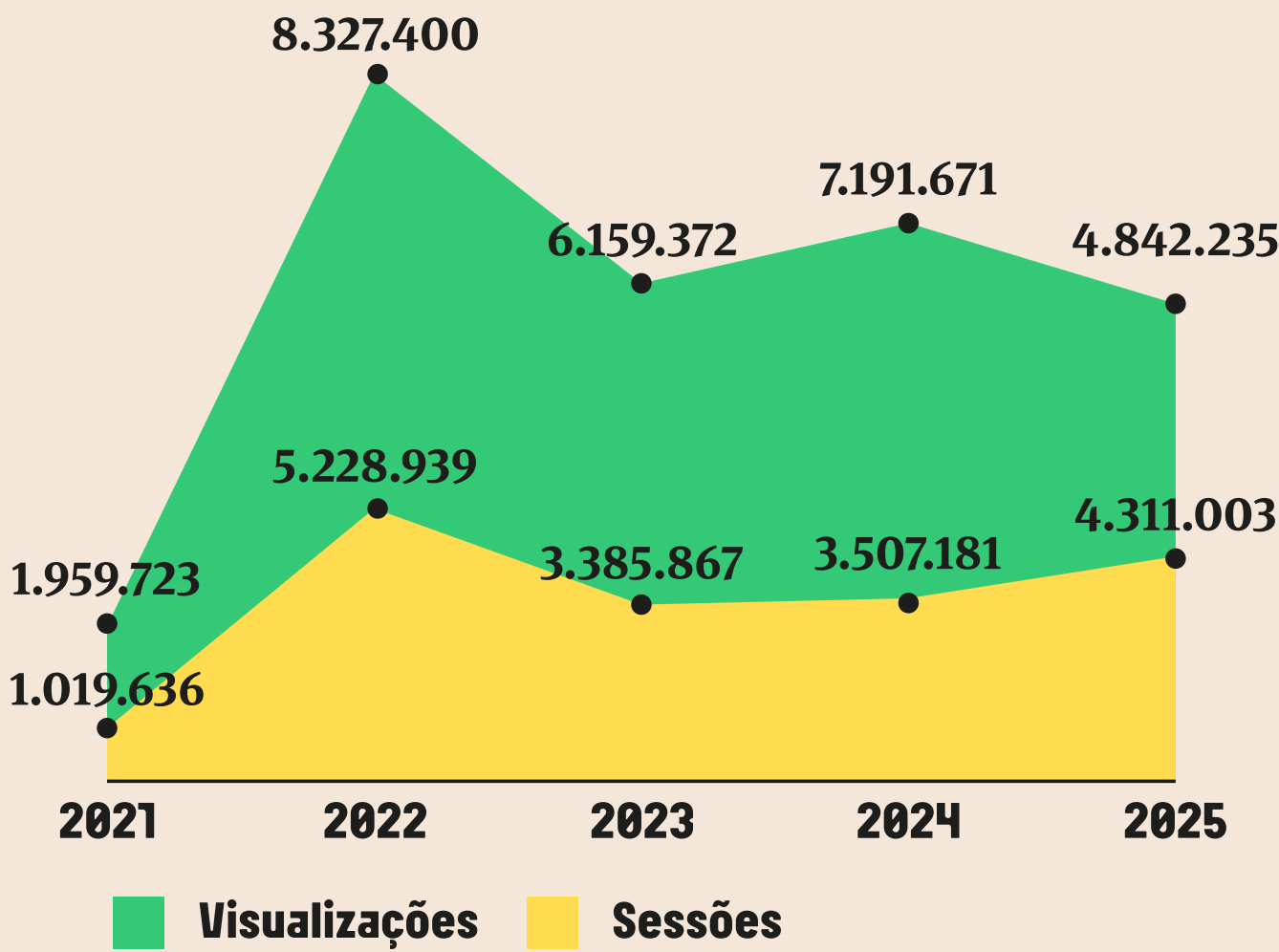
Este é um compromisso antigo, talvez melhor representado pela **Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil**, projeto pioneiro de disponibilização de informações sobre os povos e as temáticas indígenas. A Enciclopédia conta com mais de 220 verbetes, escritos por colaboradores indígenas e não-indígenas. Em junho, esse reconhecido trabalho foi destacado pelo Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), durante a **mesa-redonda “Enciclopédias digitais em ação: artesanias, tecnologias, colaborações”**.

Com novos desafios, como a emergência climática, esse trabalho se torna cada vez mais relevante. Neste sentido, o ISA se somou ao site de jornalismo alimentar O Joio e o Trigo para lançar **um curso online e gratuito com as soluções dos povos e comunidades tradicionais para a crise climática**. A formação **Clima e Sociobiodiversidade: formulando soluções de futuro** aborda temas como mercado de carbono e economias da sociobiodiversidade, de modo a compartilhar as respostas à crise já em curso nas comunidades tradicionais e promover a justiça climática e social.



OS NÚMEROS DE 2025

ACESSOS AOS SITES



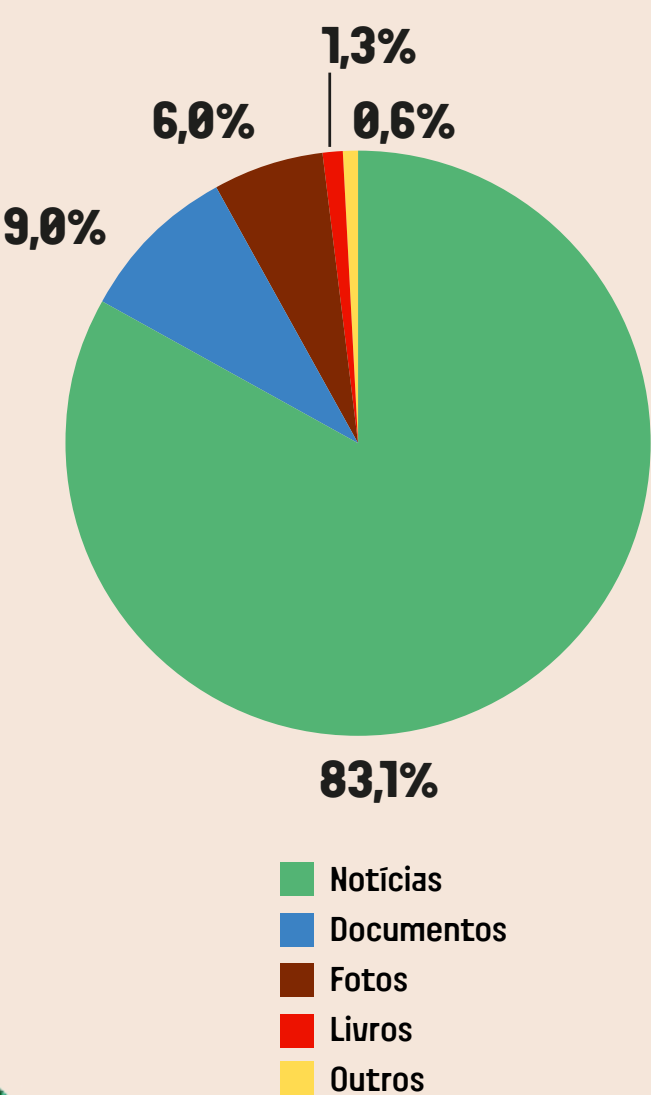
ACERVO DO ISA

Downloads: 70.204
Total de arquivos: 238.000

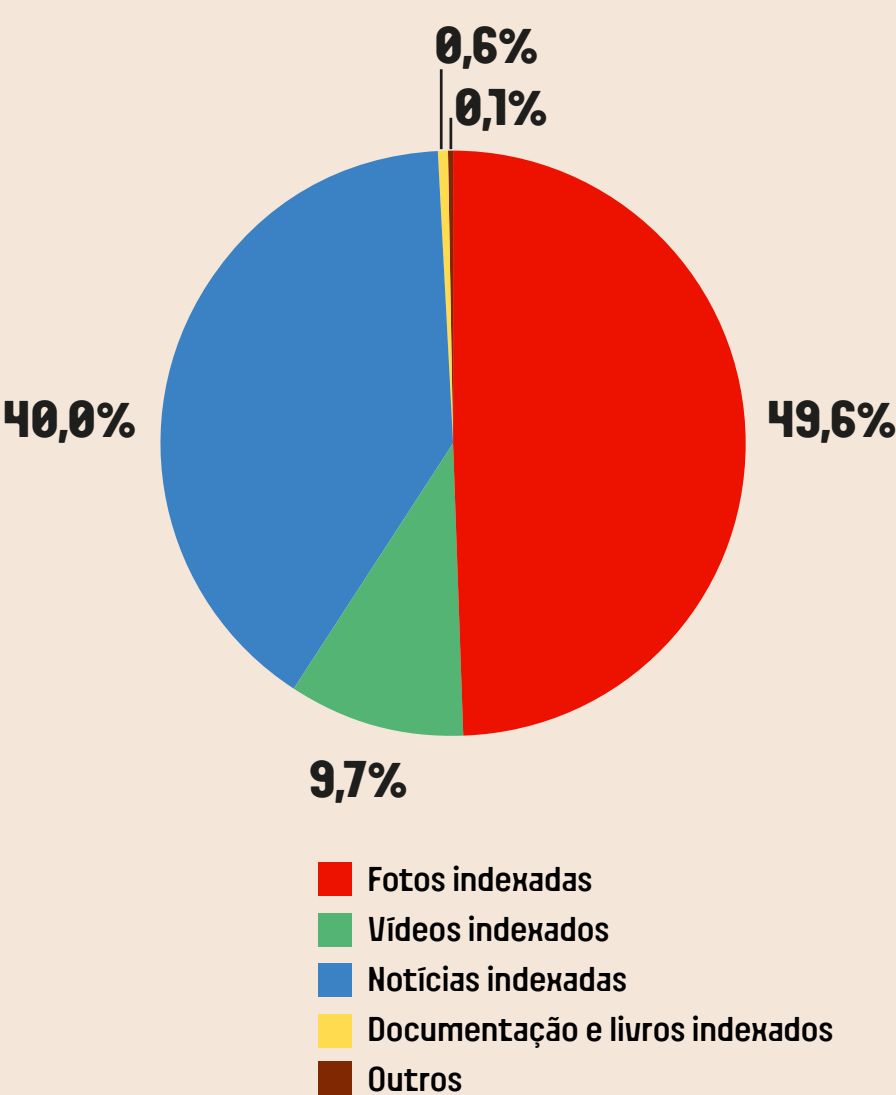
Notícias: 197.771
Documentos: 21.340
Fotos: 14.202
Livros: 3.064
Teses/Dissertações: 446
Publicações ISA: 302
Vídeos: 810
Mapas: 79

Total de materiais indexados: 15.470
Fotos indexadas: 7.674
Vídeos indexados: 1.508
Notícias indexadas: 6.189
Documentos/livros indexados: 99

Acervo do ISA em 2025 (em %)



Indexação do Acervo em 2025 (em %)



NOTÍCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Total de notícias publicadas: **258**

Notícias mais acessadas:

Câmara aprova ‘PL da Devastação’, o maior retrocesso ambiental do país em mais de 40 anos

Visualizações: **5.506**

Lula veta pontos importantes do ‘PL da Devastação’, mas nova lei segue com problemas

Visualização: **5.178**

Edital Aldear a Educação Básica premia boas práticas no ensino de histórias, culturas e saberes indígenas

Visualizações: **3.263**

Congresso derruba vetos e ressuscita ‘PL da Devastação’, maior retrocesso ambiental do país em décadas

Visualizações: **2.797**

Terras Indígenas na Amazônia e no Cerrado protegem uma área de vegetação nativa maior que o estado de Mato Grosso

Visualizações: **2.722**

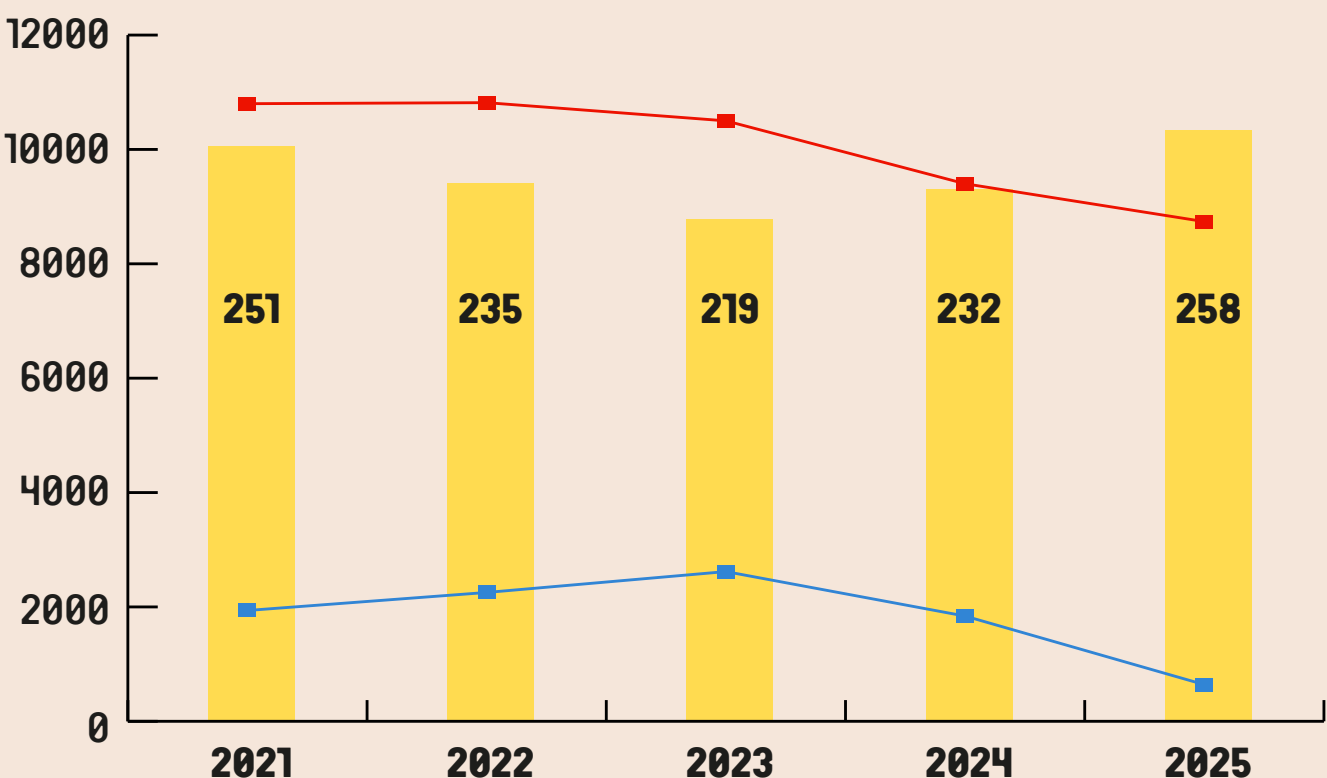
Total de assinantes das Manchetes Socioambientais: **8.738**

Inserções na mídia: **640**



ASSINE O MANCHETES SOCIOAMBIENTAIS

NSAs Assinantes Manchetes Socioambientais Inserções na mídia



REDES SOCIAIS

Com o propósito de dar visibilidade às pautas que defende ao lado de seus parceiros de povos indígenas, quilombolas e tradicionais, em 2025 o ISA buscou levar a um público mais amplo resultados de projetos e mobilizações estratégicas, criando o Canal no WhatsApp e alcançando 631,7 mil interações nas redes sociais ao longo do ano - alta de 206% em relação a 2024.

Foram 1.964 posts publicados nas redes (Instagram, LinkedIn, Canal do WhatsApp, YouTube, Twitter, Facebook, TikTok, Threads, Bluesky e Telegram), um crescimento de 66% . Alcançamos 7,2 milhões de pessoas, aumento de 162%, e saltamos para quase 8 milhões de visualizações em vídeos, um crescimento de 617%.



Durante a semana do Acampamento Terra Livre, em parceria com Mídia Indígena e APIB, alcançou mais de 8 milhões de pessoas para dialogar sobre a importância da demarcação de todas as Terras Indígenas. Contou com a participação das celebridades Anitta, Juliette, Hlebber Toledo, Glória Pires, Dira Paes, Marcos Palmeira e Alejandro Claveaux.

A primeira COP da Amazônia pelos olhos do ISA e de seus parceiros. O foco foi dar visibilidade às vozes de lideranças indígenas, quilombolas e de populações tradicionais, com entrevistas e atualizações de especialistas em clima sobre as negociações em Belém. Entre outubro e dezembro de 2025, foram 271 mil pessoas alcançadas, levando ao público os bastidores e as principais discussões da Conferência.

A música e o videoclipe de cantora Socorro Lira, em parceria com o Redário e o ISA, celebrou o trabalho de coletores e coletoras de sementes nativas e a urgência de aprofundar a restauração ecológica no Brasil. Foram mapeados 42 contatos da cena musical alinhados ao trabalho da artista, como Nina Neder, Chico César, Verônica Ferriani, Fabiana Cozza, Renata Rosa e João Bosco, entre outros. A ação somou 20.7 mil visualizações.

Sob liderança do Observatório do Clima (OC) e do ISA, articulou pressão no Congresso contra retrocessos na legislação do licenciamento ambiental. No Instagram do ISA, os posts da campanha representaram 63% do engajamento total alcançado nos posts do ano, com alcance somado de 4.8 milhões de contas. Além disso, a frente de pressão digital acionou mais de 60 influenciadores e personalidades, e articulou com o coletivo Mídia Indígena o encontro "Em defesa da Terra e pela Vida", que reuniu Marina Silva, Sonia Guajajara, Célia Xakriabá e mais de 30 celebridades. Somada à outras estratégias de comunicação e incidência, a pressão nas redes resultou em posicionamentos públicos de senadores e contribuiu para o abrandamento de retrocessos na nova lei de licenciamento ambiental.

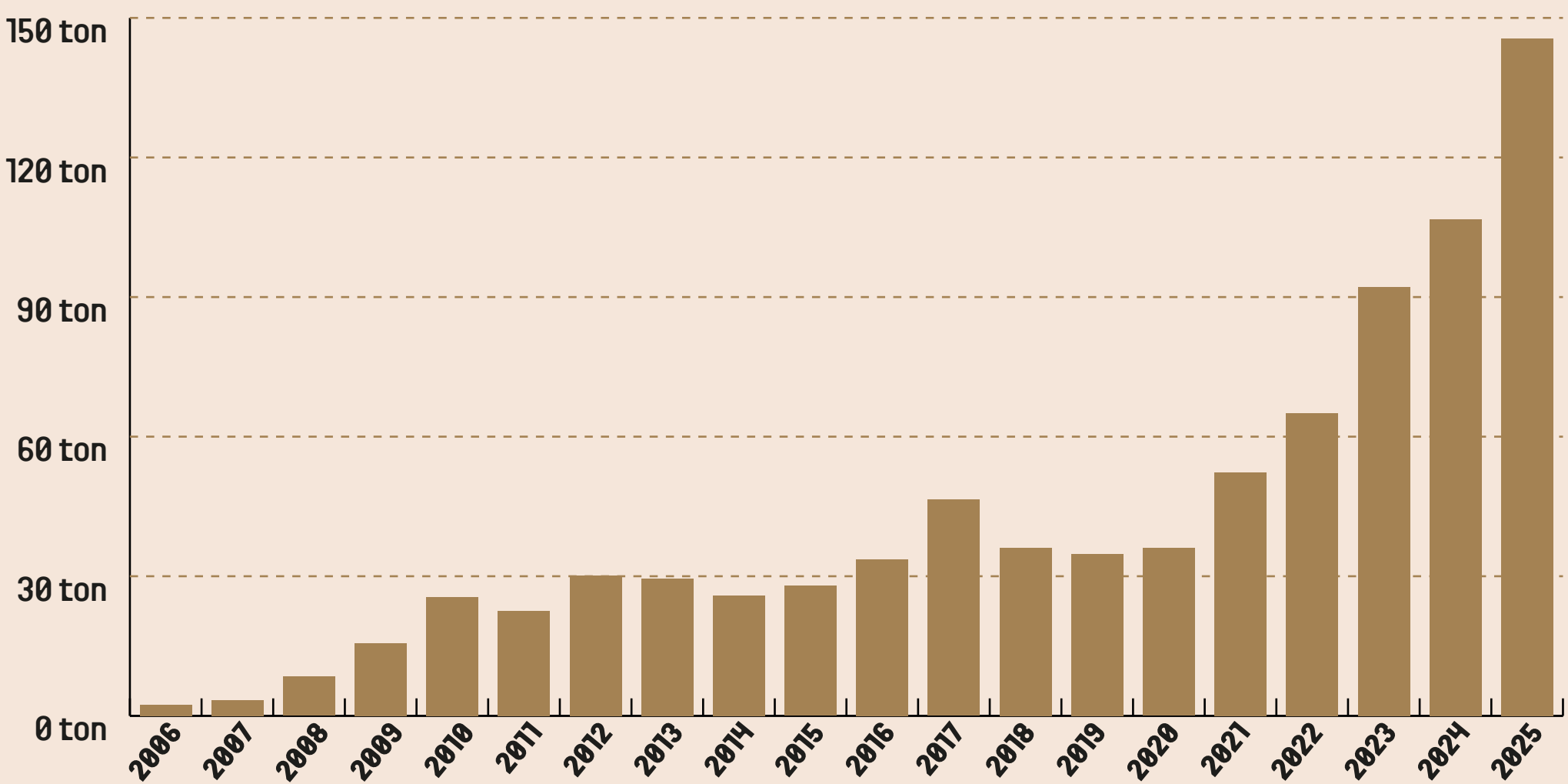


RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA

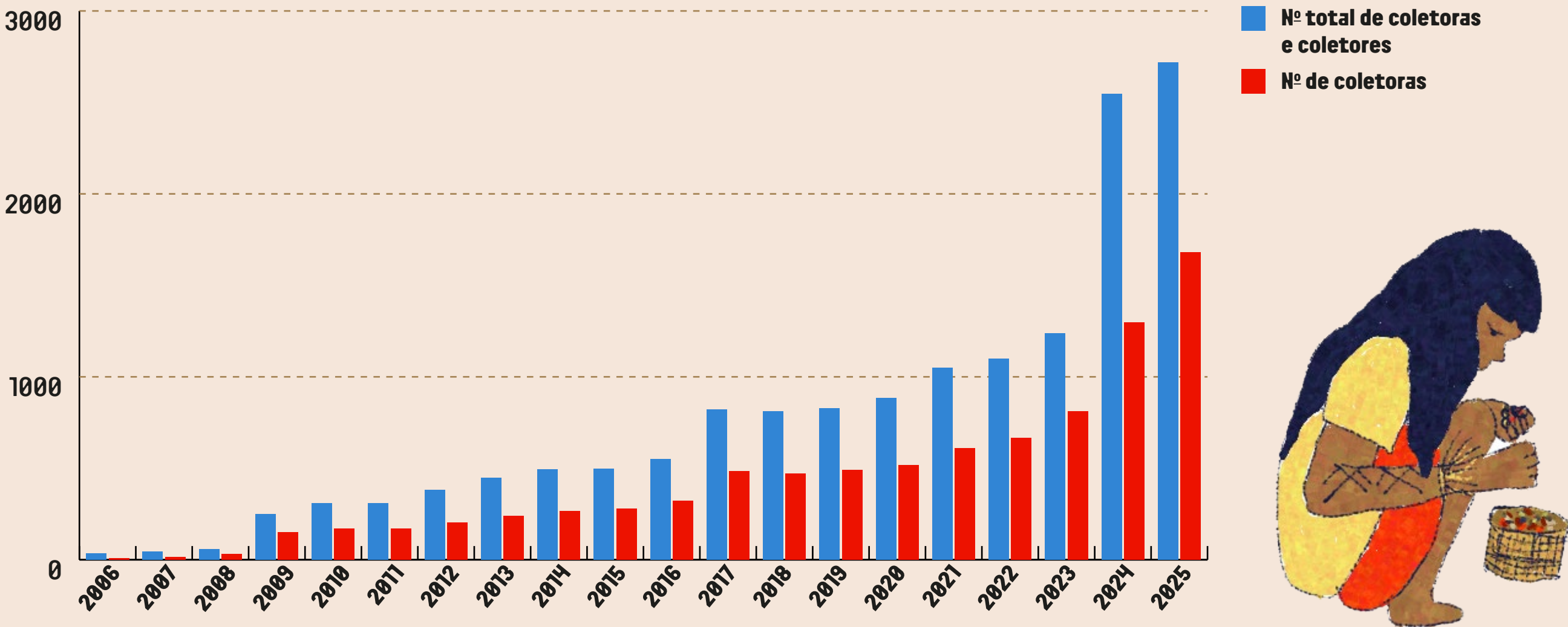
Os indicadores apresentados neste bloco têm como base o censo do Redário, organização incubada pelo ISA e hoje autônoma e independente. Por isso, devem ser lidos como expressão de um processo amplo de articulação, fortalecimento e colaboração construído ao longo do tempo entre o ISA e as Redes de Sementes do Brasil articuladas com o Redário.

Municípios de atuação	234
Municípios de coleta	17 UF articuladas (16 estados + DF)
Coletores e coletoras	2717
Coletoras	1680
Pessoas pretas, pardas e indígenas	2501
Membros de Povos e Comunidades Tradicionais	1669
Jovens	259
Produção anual de sementes (Kg)	145 mil
Produção anual de sementes - biodiversidade (nº espécies)	259
Produção de sementes do último ano: repasse aos coletores	R\$ 6.069.787

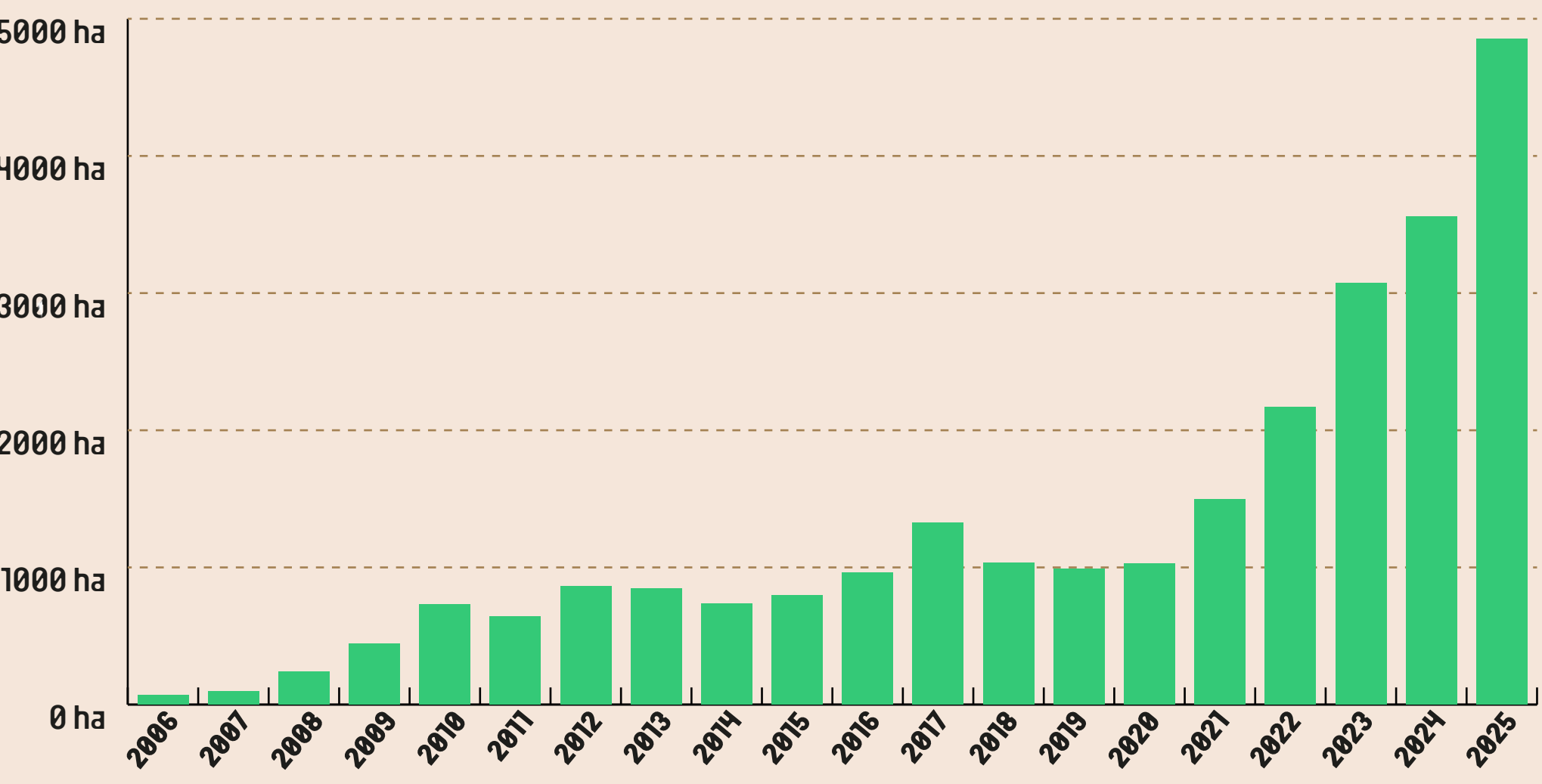
Produção anual de sementes (em toneladas)



Quantidade de coletores e coletoras



Hectares em restauração



ECONOMIAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Os indicadores apresentados neste bloco refletem um trabalho coletivo, construído em articulação com associações, cooperativas, grupos comunitários e diversos parceiros territoriais e institucionais. Por isso, devem ser lidos como expressão de processos compartilhados de fortalecimento produtivo, organização comunitária, circulação de produtos e geração de renda.



GERAÇÃO DE RENDA	2021	2022	2023	2024	2025
TOTAL	R\$ 7.143.760	R\$ 9.449.382	R\$ 9.948.579	R\$ 12.900.933	R\$ 11.471.541

FATURAMENTO POR SEGMENTO	2021	2022	2023	2024	2025
ARTESANATO	R\$ 759.151	R\$ 1.131.394	R\$ 1.274.540	R\$ 1.658.780	R\$ 1.789.390
SEMENTES (dentro do recorte territorial dos programas)	R\$ 1.498.578	R\$ 2.036.861	R\$ 2.113.403	R\$ 2.026.523	R\$ 1.979.482
POLÍTICAS PÚBLICAS	R\$ 1.683.307	R\$ 1.995.852	R\$ 2.225.684	R\$ 1.776.000	R\$ 1.218.915
MERCADO PRIVADO (sem turismo, artesanato, sementes)	R\$ 3.139.279	R\$ 2.895.385	R\$ 2.480.694	R\$ 1.783.952	R\$ 860.119
TURISMO	R\$ 0	R\$ 1.435.463	R\$ 1.854.256	R\$ 1.855.674	R\$ 2.959.731



PARCEIROS DO ISA

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Associação Bem-Te-Vi Diversidade
Catholic Agency for Overseas Development | CAFOD
Charles Stewart Mott Foundation | MOTT
Climate and Land Use Alliance | CLUA
Embaixada Real da Noruega | ERN
Environmental Defense Fund | EDF
Ford Foundation
Fundo Amazônia / BNDES
Furriela Advogados
Good Energies Foundation
Gordon and Betty Moore Foundation
Gusmão e Labrunie Propriedade Intelectual | GLPI
Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável
Instituto Clima e Sociedade | iCS
Nia Tero
Rainforest Foundation Norway | RFN
Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados | SBSA
União Europeia | Comissão Europeia | EU

REDES & CONEXÕES

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil | APIB
Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade | ANMIGA
Associação Brasileira de ONGs | ABONG
Caminhos da Semente
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas | CONAQ
Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas 2021-2030
Observatório do Clima | OC
Observatório do Código Florestal | OCF

Origens Brasil
Redário de Redes de Sementes
Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada | RAISG
Rede de Apoio e Incentivo Socioambiental | RAIS
Rede de Cooperação Amazônica | RCA
Rede de ONGs da Mata Atlântica | RMA
Rede de Sementes do Cerrado | RSC
Rede Rio Negro | RRN
Rede Terra do Meio | RTM
Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica | SOBRE

PARCEIROS DE EXECUÇÃO NOS TERRITÓRIOS

Ação Ecológica Guaporé | Ecoporé
Associação Agroecológica Caminho da Paz | ACAMPAZ
Associação Agroextrativista Sementes da Floresta | AASFLOR
Associação das Comunidades Waimiri Atroari | ACWA
Associação do Povo Indígena Arara Ugorog’mó
Associação dos Produtores Indígenas de Tabalascada
Associação dos Remanescentes de Quilombo Porto Velho | ARQPV
Associação Expedicionários da Saúde | EDS
Associação Floresta Protegida | AFP
Associação Indígena Iakiô | Iakiô
Associação Indígena Juruna Unidos da Volta Grande do Xingu | AIJUVX
Associação Indígena Khisedje | AIK
Associação Indígena Korina Juruna da Aldeia Pakissamba | AIKJAP
Associação Indígena Kuruatxe
Associação Indígena Tato’a | AIT

Associação Indígena Yudjá da Aldeia Lakarika | KUMAREHA
Associação Médicos da Floresta | AMDAF
Associação Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu | AMOMEX
Associação Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri | AMORERI
Associação Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio | AMORA
Associação Nacional de Quilombos para Cooperação - Negra Anastácia
Associação Quilombo Kalunga | AQK
Associação Rede de Sementes do Oeste da Bahia | ARSOBA
Associação Rede de Sementes do Xingu | ARSX
Associação Ribeirinha e de Produtores Rurais da Comunidade Goianinho | ARPRUCG
Associação Sementes do Paraíso
Associação Terra Indígena Xingu | ATIX
Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes | AYRCA
Associação Yudja Miratu da Volta Grande do Xingu | AYMIX
Associações Indígenas dos Povos Wai Wai de Roraima (APIW, AIWA, APIWX) | APIWR
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia | Rioterra
Conselho de Gestão Territorial da Terra Indígena Xipaya | CGTTIX
Conselho Indígena de Roraima (CIR) | CIR
Cooperativa das Mulheres Agricultoras de Tremembé | COOMATRE
Cooperativa de Agricultores Coletores Restauradores Agroextrativistas do Alto Rio Pardo | COOCREARP
Cooperativa de Florestamento e Reflorestamento da Aldeia Pataxó Boca Mata | COOPLANJÉ
Cooperativa de Produtores Rurais do Observatório Ambiental Jirau |

COOPROJIRAU | MUTUM SEMENTES AMAZÔNICAS
Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira | Cooperquivale
Cooperativa Rede de Coletores de Sementes do Vale do Paraíba | COOPERE
Cooperativa Rizoma
Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará | MALUNGU
Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras | EAACONE
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro | FOIRN
Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira
Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena | FNEEI
Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola | FUNDAG
Grupo de Extensão Social e Tecnologia da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp | GESTO
Health in Harmony | HIH
Hutukara Associação Yanomami | HAY
Instituto Kabu
Instituto Raoni
Mandú Social
Mídia Indígena
Movimento dos Ameaçados por Barragens | MOAB
POLI USP/FAPESP
Projeto Saúde e Alegria (PSA)
Quilombo Cangume
Rede de Sementes do Vale do Ribeira | RSVR
Rede de Sementes Portal da Amazônia - Cooperativa Solidária da Agricultura Familiar | COOPERSA
Rede de Sementes Zé da Lena
Refloresta

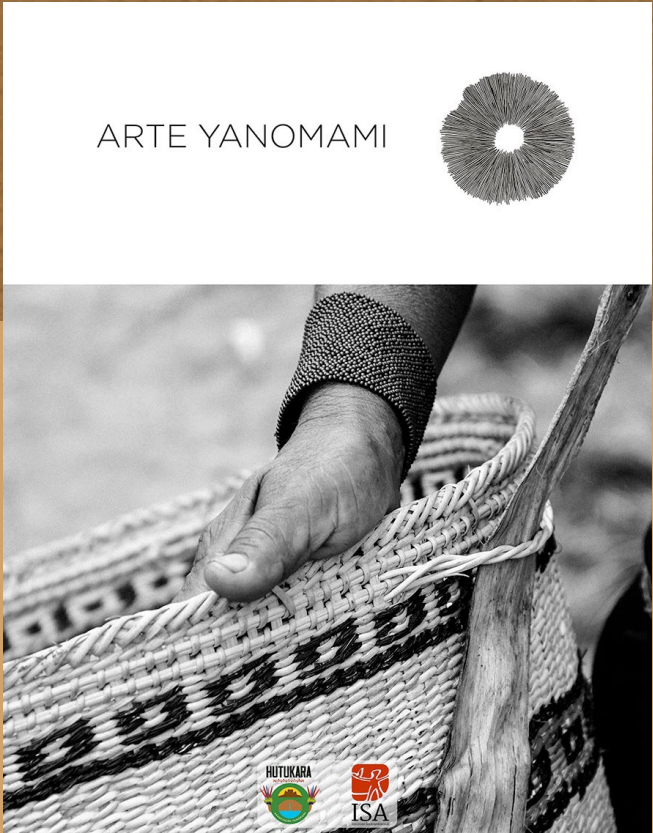
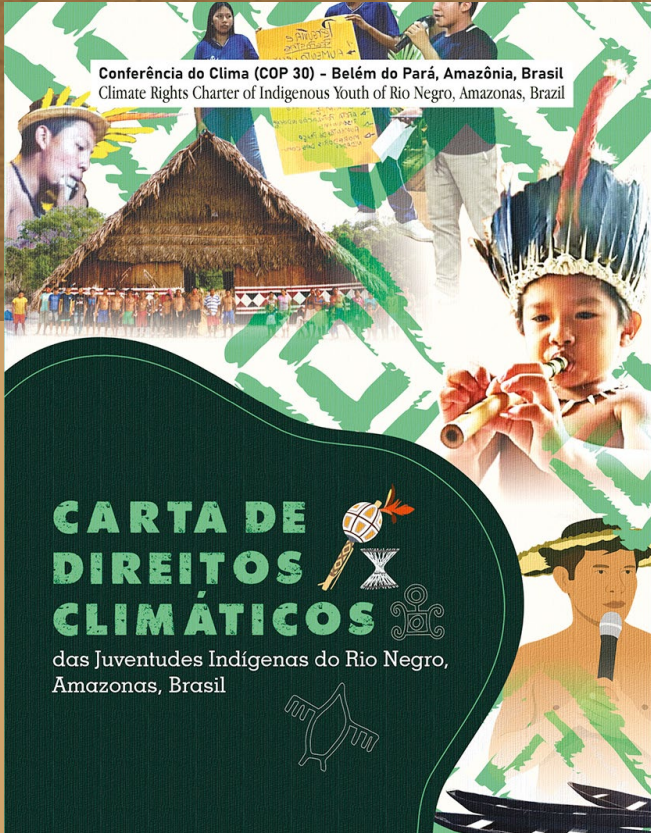
Universidade Estadual do Mato Grosso | UNEMAT
Universidade Federal do Pará | UFPA
Viveiro Primaflora

PARCEIROS DE COOPERAÇÃO POR PROJETO

Agência Francesa de Desenvolvimento | AFD
Amazon Conservation
Amazon Investor Coalition
Amigos da Terra | AdT
Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari - Museu das Culturas Indígenas | MCI
Banco Itaú
Banco Mundial
Benevity Causes
Bezos Earth Fund
Bonfarto Kaj Conservado | BKK
Center for International Forestry Research (CIFOR) and World Agroforestry (ICRAF)
Centro de Desenvolvimento Agroecologico Sabia
Charities Aid Foundation America | CAF
Climate Alliance
Conservation International Brazil | CI
Coordenadoria Ecumênica de Serviço | CESE
Cultures of Resistance Foundation
Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH | GIZ
Donatelli Tecidos / Arte Nativa Aplicada
Ecociencia
Editora Schwarcz S.A
Embaixada da França
Embaixada da Irlanda
Embaixada da Suíça
Enveritas do Brasil
Família Bracher

Família Mattos
Fundación Amigos de la Naturaleza | FAN
Fundación Gaia Amazonas
Greenpeace
Institut for Democracy, Media and Cultural Exchange | IDEM
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia | IDESAM
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola | IMAFLORA
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia | IPAM
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena | IEPÊ
Instituto El Bien Comun | IBC
Instituto Umbuzeiro
João Moreira Salles | JMS
Manaus Transmissora de Energia S.A.
Mostra Ecofalante
Museu Nacional da República
Natura Cosméticos S.A.
NGOSource - Equivalency Determination Certificate
Organização do Tratado de Cooperação Amazônica | OTCA
Pão Para o Mundo | PPM
Paragon Philanthropy
Play for a Cause
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | PNUD
Rainforest Foundation US | RFUS
ROCK WORLD S.A. / Rock in Rio
Schneider Electric
Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A | BIOMAS
Sustainable Development Solutions Network | SDSN
Tenure Facility
United Nations International Children’s Emergency Fund - Brasil | UNICEF-Brasil
Voices

PUBLICAÇÕES DE 2025



Acesse a loja do ISA



Clique na capa e confira!

